

# EXTRA

25 Anos

## CLASSE-ORG-BR

ANO 26 | Nº 252 | ABRIL DE 2021

### ENTREVISTA

Virgínia Rolla Donoso: o país paga, com desemprego e desalento, o preço do negacionismo

### ESPECIAL

O Rio Grande do Sul aposta nos agrotóxicos



Foto: Igor Sperotto

# À educação possível na pandemia

Professoras e mães se viram sozinhas com a rotina doméstica e aulas remotas a alunos das escolas públicas da periferia. No ensino privado, a realidade é de trabalho em excesso, assédio e adoecimento

p. 8 a 11 e 22

## EDITORIAL

# A rotina dos professores durante a pandemia

Em meio à batalha judicial travada pelos professores e seus sindicatos para barrar a decisão do governo do estado de reabrir as escolas no pior momento da pandemia e reivindicar o retorno seguro das atividades presenciais somente após a vacinação de todos os trabalhadores, multiplicam-se as dificuldades enfrentadas por alunos e docentes do ensino público e privado. O dia a dia de professores, mães e estudantes das escolas públicas da periferia de Porto Alegre e, no ensino privado, o excesso de trabalho, o assédio e o adoecimento de docentes são temas de duas reportagens desta edição do *Extra Classe*.

No ensino público, a pandemia aprofundou as desigualdades sociais e ampliou as barreiras para o acesso à educação. Mas o caos estrutural revelado pela crise sanitária já havia sido previsto há seis anos no Plano Nacional da Educação, o qual determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 e foi sistematicamente abandonado pelos governos.

Apesar das diferenças de acesso às tecnologias, as dificuldades também estão tomando proporções cada vez mais alarmantes no ensino privado. São muitos casos de assédio moral, quadros de estresse extremo, depressão e também dores físicas, por falta de condições próprias de trabalho. Muitos relatos chegam ao Sinpro/RS, de Porto Alegre e de municípios do interior, o que levou o Sindicato a reforçar as atividades e o acesso da categoria ao Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP). Confira nas editorias de Educação e Ensino Privado.

**NEGACIONISMO** – Na entrevista do mês, a economista com especialização em relações de trabalho Virgínia Rolla Donoso avalia o impacto da pandemia no mercado de trabalho e destaca as consequências desastrosas do negacionismo por parte do governo federal no enfrentamento do coronavírus.

O resultado da falta de articulação deliberada em relação à campanha nacional de vacinação, a negação da gravidade da pandemia e o menosprezo à vida é devastador em todas as frentes, especialmente para a economia, pois a falta de perspectiva de controle da pandemia amedronta tanto a procura de emprego por parte do trabalhador quanto a criação de novos postos de trabalho pelos investidores.

Os indicadores do IBGE estão aí para quem quiser ver: de dezembro de 2019 a dezembro de 2020, nada menos que 8,4 milhões de pessoas saíram do grupo de ocupados no país.

**AGROTÓXICOS** – Mesmo sem conseguir controlar os danos provocados pelo uso de agrotóxicos em apenas 24 municípios prioritários do programa Deriva Zero em 2020, o governo do estado tenta afrouxar as regras para o uso de químicos no Rio Grande do Sul.

O projeto de lei 260 enviado à Assembleia Legislativa flexibiliza o uso de venenos em lavouras gaúchas e pode trazer de volta o perigoso Paraquat, químico utilizado na Guerra do Vietnã, há anos banido da Europa e também proibido por aqui.

Com viés econômico, o governo gaúcho aposta na expansão das culturas que vicejam à base de venenos nos pampas, enquanto os próprios dados do programa Deriva Zero mostram que o estado ainda está muito distante do controle adequado.

Embora a aplicação de venenos em larga escala elimine pragas e aumente a produtividade das lavouras, a aplicação excessiva e ilegal contamina o solo e a água, causa danos irreparáveis ao meio ambiente, provoca intoxicações, doenças crônicas e mortes – no meio rural e nas cidades.

Boa leitura!

### 04 ENTREVISTA

A economista Virgínia Donoso analisa o cenário de desemprego e desalento

### 07 IDEIAS

Fernando Hideo: "É preciso abrir a caixa-preta da Lava Jato"

### 08 EDUCAÇÃO

A pandemia agravou o que já era um drama na educação básica

### 12 ECONOMIA

Privatização da Eletrobras ameaça centro de pesquisa energética

### 15 WEISSHEIMER

Rio Grande do Sul, um estado à venda

### 16 ESPECIAL

Agrotóxicos estão no ar, no solo, na água e na mesa dos gaúchos

### 22 ENSINO PRIVADO

Assédio, estresse, depressão e dor: o adoecimento dos professores na pandemia

### 25 ROLIM

Pandemia, verdade e justiça

### 26 ARTE +

Cinco trajetórias de artistas populares em webdocumentários

### 30 VERISSIMO

"Partos", a crônica inaugural do *Extra Classe* faz 25 anos

**EXTRA**  
CLASSE.ORG.BR

REDAÇÃO: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cristina Ávila, Fernando Hideo Lacerda, Jacira Cabral, Marcelo Menna Barreto e Thiago Copetti

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283  
[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Passando a boiada I

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, resolveu visitar o local em que foram apreendidos 204 mil metros cúbicos de madeira, volume suficiente para carregar 13,6 mil carretas, em Cachoeira do Aruá, no Pará. A missão: liberar a madeira ilegal para fazendeiros amigos dele. A apreensão ocorreu em dezembro de 2020 em uma operação comandada pelo superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, aliado de Bolsonaro. Salles questiona a ação da PF e diz que as empresas envolvidas no crime "podem ter razão", apesar de não terem apresentado os documentos requisitados pelas autoridades para a liberação da madeira apreendida.



Foto: Ricardo Salles/ Twitter/ Reprodução

No final de março, Salles posou junto às toras apreendidas pela PF que ele, o ministro, quer liberar para fazendeiros amigos

Passando a boiada II

No dia 7 de abril, o ministro se reuniu em Santarém (PA) com empresários envolvidos no caso e se comprometeu em apoiar a liberação da madeira após revisão dos documentos. É a segunda visita do ministro em menos de uma semana à região, no rio Arapiuns. O superintendente da PF ficou indignado. Acusou Salles de intervenção. "É o mesmo que um ministro do Trabalho se manifestar contrariamente a uma operação contra o trabalho escravo", comparou. Segundo ele, as empresas têm mais de 20 autuações feitas pelo Ibama e pilhas de laudos que atestam a ilegalidade da exploração da madeira na região. Não existe processo administrativo que autorize a exploração, o plano de manejo é irregular, e Áreas de Preservação Permanente foram ignoradas. "Aqui na Polícia Federal ninguém vai passar boiada", avisou.

Cheque em branco para os inimigos do meio ambiente

Nos dias 22 e 23 de abril será realizada a Cúpula do Clima, evento on-line convocado pelo governo dos Estados Unidos para discutir com lideranças mundiais o combate à crise climática, em uma estratégia do presidente norte-americano Joe Biden para reposicionar seu país como articulador internacional e liderança no combate às mudanças climáticas.

As negociações nos bastidores entre os EUA e o governo de Jair Bolsonaro, no entanto, podem colocar em xeque essa pretensão de Biden. Ambos negociam uma transferência de recursos bilionários para conter o desmatamento no Brasil, porém não há qualquer garantia de que o dinheiro será, de fato, destinado à proteção das florestas. Isso pode colocar o democrata na incômoda posição de cúmplice da destruição ambiental promovida por Bolsonaro. A denúncia foi formalizada por um grupo de 200 organizações, entre as quais o Greenpeace, que enviou carta a John Kerry, o enviado especial dos EUA para o clima, pedindo para que o governo Biden não assine um "cheque em branco" com a administração de Bolsonaro.

As entidades temem que a trans-

ferência de recursos dos EUA para o Brasil legitime e fortaleça a política ambiental do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fazendo com que o dinheiro não chegue aos que mais necessitam de cooperação, como populações indígenas, quilombolas e pequenos produtores. Um exemplo disso é o programa Floresta + Carbono, voltado para donos de terras na Amazônia, com fraca menção aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e aos agricultores familiares.

Desde 2019, o governo brasileiro deixou de gastar 500 milhões de dólares do Fundo Amazônia e 96,5 milhões de dólares do Fundo Verde pelo Clima, os quais poderiam es-

tar sendo utilizados para a proteção das florestas e das populações indígenas e de pequenos proprietários de terras. No caminho contrário, o pedido de recurso do governo Bolsonaro tem o intuito de ser destinado de maneira indiscriminada a grandes proprietários de terra.

Em dezembro de 2020, o governo brasileiro apresentou compromissos para a redução das mudanças climáticas no formato de um documento vazio e menos ambicioso que as contribuições passadas ao Acordo de Paris. Em parte do documento, o governo afirma condicionar o compromisso ao repasse de recursos de países desenvolvidos para o Brasil cumprir seu papel.



Foto: Marcos Amend / Greenpeace



Sobrevoo do Greenpeace, em maio de 2000, mostra a devastação do garimpo na Terra Indígena Munduruku, no Pará

# Desemprego e desalento: Brasil paga preço do negacionismo



Foto: Igor Spectro

por Jacira Cabral da Silveira

**E**conomista com especialização em relações de trabalho, Virgínia Rolla Donoso, juntamente com uma equipe multidisciplinar do site *Democracia e Mundo do Trabalho*, analisa e monitora o mercado de trabalho e direitos trabalhistas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – a única que restou no país para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução da força de trabalho no Brasil. Graduada em Ciências Econômicas e mestre em Economia pela Ufrgs, Virgínia trabalhou 18 anos no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), onde assessorava temas relacionados à conjuntura econômica e análise de dados voltados ao mundo do trabalho e, nos últimos oito anos, coordenou a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) em Porto Alegre. Ao avaliar o impacto da pandemia no mercado de trabalho, ela destaca as consequências desastrosas do negacionismo por parte do governo federal no enfrentamento do coronavírus que agudizou a crise de saúde no país, amedrontando tanto a procura de emprego por parte do trabalhador, quanto a criação de novos postos de trabalho por parte do investidor. “Se compararmos o mercado de trabalho de dezembro de 2019 com o último dado do IBGE, de dezembro de 2020, temos a retirada de 8,4 milhões de pessoas do grupo de ocupados. Perdemos esse contingente gigantesco de pessoas que estavam trabalhando”, resume.

**Extra Classe – Considerando o desmonte das instituições de pesquisa dos últimos anos, como é lidar exclusivamente com os dados fornecidos pela PNAD Contínua para compreender o mercado de trabalho?**

**Virgínia Rolla Donoso** – Os 25 anos da PED foram parar na minha mão por conta do desgoverno Sartori (*José Ivo Sartori, do MDB, governou o estado de 2015 a 2019*) no sentido de fechar a Fundação de Economia e Estatística (FEE), e também por um desmanche muito grande do governo federal que deixou de aportar os recursos que vinham via Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para as pesquisas nos estados. Com isso, o Rio Grande do Sul perdeu uma grande série histórica de análise de dados do mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre. A PNAD Contínua nos permite uma análise de 2012 para cá. Ela é uma pesquisa mais curta, não nos permite trabalhar com dados recentes com relação a crises anteriores, nem estou considerando aqui a ‘crise pandemia’, mas eu digo ‘a nossa crise, recessão econômica 2015/2016’. O Brasil hoje navega num mar bem curtinho, não temos informações muito profundas, mas não deixam de ser superimportantes. São nosso alicerce para pensarmos políticas públicas.

**EC – Em que o contexto econômico brasileiro, que “recepiona” a pandemia, potencializa as consequências da crise da saúde no mercado de trabalho?**

**Virgínia** – Estamos fechando um ano de pandemia e ela impacta no mercado de trabalho brasileiro, que vem muito fragilizado. Até 2014, tivemos a menor taxa de desemprego da série histórica da PNAD Contínua, que ficou em 7%. Estávamos vivendo um período muito positivo para o mercado de trabalho, embora tivéssemos ainda 6 milhões de pessoas desempregadas. De 2014 em diante, ocorreram todos os percalços políticos que acabaram refletindo na economia de forma muito severa: o *impeachment*; a retomada de governos que não usaram política pública para frear o desemprego nem recuperar empregos. Então, de 2014 até 2018, entramos numa crise

muito grande, sendo que, em 2015 e 2016, houve um período de recessão econômica, com queda muito significativa do Produto Interno Bruto (PIB), e o desemprego esteve colado nesse mau desempenho e se aprofundou. A taxa de desemprego passou de 7% para 12%, 13%.

**EC – Ou seja, o desemprego duplicou no país após o golpe.**

**Virgínia** – Saímos de um patamar de desempregados de 6 milhões e passamos a ter um grupo de 12 milhões de desempregados. Ao longo de 2018 e 2019, ocorreram pequenas recuperações no mercado de trabalho, mas é importante salientar que as pequenas variações positivas e a redução do desemprego, ou a manutenção da taxa, fazendo com que ela não aumentasse, não foram de uma maneira muito virtuosa. Foi uma retomada do mercado de trabalho através de empregos frágeis, de uma precarização do mercado de trabalho. Um número muito grande de pessoas entrando no mercado de trabalho sem carteira assinada, houve um aumento grande de autônomos. Mas esses empregos não têm acesso à proteção. A pandemia simplesmente detona com o mercado de trabalho, que já vinha frágil. Se compararmos a realidade de dezembro de 2019 com o último dado do IBGE, de dezembro de 2020, temos a retirada de 8,4 milhões de pessoas do total de ocupados. Perdemos esse contingente gigantesco de pessoas que estavam trabalhando.

**EC – E para onde se dirigiram as pessoas que perderam sua ocupação?**

**Virgínia** – Não foram totalmente para o desemprego. Para uma pessoa, através da pesquisa, estar desempregada, o IBGE tem que ir lá na casa dela e perguntar: ‘A senhora está procurando emprego?’. Se a pessoa disser ‘Não, não estou procurando emprego’, por mais que ela precise, ela não é considerada desempregada, e vai então para um grupo de pessoas que não força a taxa de desemprego. Isso foi o que aconteceu com a pandemia, uma coisa muito curiosa de se compreender. As pessoas deixaram de procurar. Houve uma

saída massiva de pessoas do mercado de trabalho, impactando de forma muito significativa a taxa de desemprego. Assim, não tivemos um desemprego explodindo, porque as pessoas deixaram de buscar emprego. Essa saída acabou não levando milhões de pessoas para o desemprego e a gente tem, nesse período de um ano, 2,3 milhões de aumento no desemprego, que é um número enorme, é uma situação muito difícil e muito frágil pra gente viver.

**EC – Houve alguma retomada do mercado de trabalho no último trimestre de 2020?**

**Virgínia** – O segundo semestre da economia, em condições normais, sempre é um pouquinho mais pujante em relação ao primeiro, porque tem a injeção do 13º salário na economia. São períodos que favorecem mais uma retomada e um crescimento. Tem o Natal, o consumo, mais dinheiro circulando na economia no segundo semestre, o que favorece indicadores mais positivos.

**EC – Mas isso não aconteceu em 2020 devido à pandemia?**

**Virgínia** – Nunca deixamos de viver um grande problema no Brasil como no resto do mundo, mas aqui os problemas têm sido potencializados por uma política negacionista em relação à gravidade da pandemia, que é evidente. O último trimestre não respondeu positivamente por isso, porque não houve um olhar atento com relação à política necessária que o governo brasileiro deveria ter assumido quando, no meio do ano, foi acenado com possibilidades: de compra de vacinas, de manter o distanciamento social, de uso de máscara. Todas essas políticas que o mundo inteiro sinalizava como importantes e que deveriam ser percorridas, e levantadas como uma bandeira, o Brasil negou. No último trimestre, não tivemos piora de grandes indicadores porque a taxa de desemprego realmente não aumentou, ela teve uma pequena redução. Mas não podemos dizer, de forma nenhuma, que tivemos uma retomada, ou que tivemos saldos positivos, digamos, que parou de piorar.

**EC – O que ocorreu?**

**Virgínia** – Foram gerados empregos mais frágeis, teve um pouquinho de aumento do emprego doméstico – e, geralmente, esse emprego não é com carteira assinada. Foi um pequeno aumento em alguns setores, como comércio, informações. O setor público sempre mostrou algum dado um pouquinho positivo. Mas isso não resultou em grandes números para que a gente pudesse se apoiar.

**EC – E agora, é possível perceber alguma sinalização da economia pela contratação?**

**Virgínia** – A gente não vê empresário com olhar positivo para fazer essa retomada, ao mesmo tempo em que as pessoas que saíram do mercado de trabalho deixaram de procurar emprego. Porque, realmente, há um grupo de pessoas que acredita que a pandemia é uma coisa muito séria, e essas pessoas não devem efetivamente sair de casa. Não tem empresário, não tem empreendedor algum que, frente à situação que estamos vivendo, vá ter coragem de abrir um negócio. Uma pessoa que tem recursos, que tem dinheiro para investir não fará isso frente à falta de um horizonte positivo, porque não há uma política que dê segurança a qualquer tipo de empresário que queira investir num mercado produtivo para geração de emprego e renda para o Brasil.

**EC – Quem sofre o maior impacto da pandemia?**

**Virgínia** – O que a gente vê cada vez mais são pessoas que investem no mercado financeiro, no mercado especulativo, porque ali a rentabilidade é muito mais garantida do que investir no mercado produtivo, contratando. O ambiente é ruim para todas as esferas, mas quem tem renda pelo menos tem poupança, empresários têm maneiras de sobreviver, mas a classe trabalhadora, e as pessoas que saíram do trabalho, as que estão procurando e as que não estão procurando porque não sabem nem onde procurar, essas pessoas estão à deriva, completamente desamparadas e não têm pra onde correr.

## ENTREVISTA

**EC** Qual é a eficiência social e econômica do auxílio emergencial a partir dessa projeção? Qual seria o valor ideal desse auxílio?

**Virgínia** – O IBGE fez um cálculo, através de uma pesquisa que era PNAD Covid-19, mostrando que em cada quatro domicílios tinha pessoas recebendo o auxílio emergencial do governo. Aquele auxílio, que lá atrás foi conseguido a duras penas, no valor de R\$ 600,00, foi de uma importância ímpar para a economia e para as pessoas que o receberam. Todas as políticas governamentais de transferência de renda – auxílio emergencial, bolsa família, e todas as outras que conseguiram ser mantidas fizeram com que a economia não caísse ainda mais do que os 4,1%, que foi a queda do PIB divulgada no início de março pelo IBGE. Essa medida foi essencial para o nosso tropeço não ter sido ainda maior. Os números e os indicadores nos mostram uma perda total do controle por parte dos agentes públicos nos estados, nas prefeituras, frente ao desgoverno federal que não tem um norte, não tem uma política central e nacional de vacinação em massa e de controle de isolamento social e uso de máscaras. Outra política pública importante é o seguro-desemprego, que foi amplamente acionado e seguiu muita família do desespero ao longo do período.

**EC** – Quais são as formas de ocupação mais atingidas pela crise?

**Virgínia** – O comércio foi a mais prejudicada. Depois, o segmento de alojamento e alimentação, que são bares, restaurantes, hotéis. Houve

perdas muito importantes de postos de trabalho de dezembro de 2020 contra dezembro de 2019. Mas o serviço doméstico teve uma redução de 22%, em termos percentuais, e foi o setor que mais reduziu, e reduziu no trabalho doméstico com carteira assinada. Já é um trabalho mais frágil. A renda do emprego doméstico oscila no valor do salário mínimo. Acho importante dizer ainda que nesse período, em que a redução na ocupação foi de 8 milhões 373 mil pessoas, o setor que mais diminuiu foi o emprego com carteira assinada do setor privado, onde tivemos uma redução de 3 milhões 783 mil, e sem carteira foram 1 milhão 870 mil. O emprego doméstico perdeu 1 milhão 454 mil trabalhadoras, sendo que a maioria delas, 964 mil, foram as menos protegidas, sem nenhum tipo de acesso a benefício social, e as com carteira assinada foram 489 mil trabalhadoras. Esses números são os maiores e dão o tamanho do quadro da tragédia da redução da ocupação no período da pandemia.

**EC** – Nesse sentido, as mulheres foram as mais afetadas com o desemprego?

**Virgínia** – O IBGE deve divulgar em breve um dado que permite uma análise do perfil do desemprego entre homens e mulheres. Mas não há dúvida, com todas as informações que temos, nós que conhecemos o perfil dos setores, o emprego doméstico é 95% feminino. O universo do emprego doméstico antes da pandemia era de 5,8 milhões de trabalhadoras, mas ele perdeu 1 milhão e 500 mil postos. Isso, tendo como parâmetro o

**A pandemia detonou o mercado de trabalho, que já vinha fragilizado. Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, 8 milhões e 373 mil pessoas perderam seus empregos**

último trimestre de 2020 contra o último trimestre de 2019.

**EC** – Nesse cenário aterrador, houve algum segmento que demonstrou um movimento positivo?

**Virgínia** – A agricultura manteve postos de trabalho. Foi o setor que teve perda ao longo do ano, mas, da metade do ano pra cá, recuperou o seu número de trabalhadores. Tivemos a contratação de 280 mil pessoas a mais no ano. A indústria perdeu 1 milhão 252 mil postos, a construção 800 mil postos, o comércio perdeu 1 milhão e 900 mil. Agora, fazendo uma análise setorial: transporte/armazenagem/correio perderam 600 mil pessoas; alojamento, 1 milhão 560 mil; informações/comunicação/atividades financeiras e imobiliárias (onde estão os bancos e a parte de direito) perderam somente 125 mil postos; administração pública foi positiva, são 112 mil pessoas. Então, a gente pode dizer que a agricultura e a administração pública se mantiveram gerando postos e não perderam. O resto todo da economia teve redução.

**EC** – Quais são as perspectivas em relação à geração de emprego? Como será o mundo do trabalho pós-pandemia?

**Virgínia** – Não tenho a análise do outro lado, mas acho que o importante para os donos dos meios de produção é política de um governo que centralize as ações e que tenha como norte a vacinação em massa, porque, antes de termos nossos 212 milhões de habitantes vacinados, a economia não vai ter como responder. Projetando um cenário um pouquinho positivo, vamos pensar que daqui a um mês as coisas vão estar um pouco melhores, porque a vacina está pingando a conta-gotas, está chegando nas pessoas mais velhas. Devemos ter uma volta de pessoas procurando emprego e isso vai fazer com que a taxa de desemprego, que está hoje em 14%, aumente porque não irão encontrar empregos esperando por elas. Não vai ter casamento entre oferta e demanda num momento ideal. Será uma busca incessante no mercado de trabalho.

Foto: Igor Sperotto



Com esse distanciamento,  
a gente nunca esteve tão perto

**WWW.SINPRORS.ORG.BR**

DIREITOS

SAÚDE

SERVIÇOS

NOTÍCIAS

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

# É preciso abrir a caixa-preta da Lava Jato

Fotos: Lula Marques



Grças a Walter Delgatti Neto, que entrou para a história como o “hacker de Araraquara”, hoje é possível conhecermos a verdade sobre a Operação Lava Jato. Os milhares de gigabytes que se encontram em poder da Justiça contêm diálogos capazes de revelar os segredos inconfessáveis do projeto político de Sergio Moro e seus comparsas do Ministério Público Federal (MPF). Abrir essa caixa-preta é tarefa urgente, que possibilitará desvendar a manipulação fraudulenta do sistema de justiça brasileiro e esclarecer os verdadeiros interesses que alimentaram a chamada Operação Lava Jato.

O povo brasileiro precisa conhecer a verdade sobre a Operação Lava Jato. Fato é que nem o premiadíssimo jornalista Glenn Greenwald e nem a Defesa do ex-presidente Lula devem ter o monopólio do acesso às mensagens trocadas entre a força-tarefa e o então juiz Sergio Moro, que por evidente interesse nacional devem ser de conhecimento público.

O material obtido por Walter Delgatti Neto e que hoje está em poder da Justiça contém mensagens funcionais trocadas entre os integrantes da autodenominada Força-Tarefa e o então juiz Sergio Moro. Tais mensagens dizem respeito ao exercício do cargo ou função pública e não estão acobertadas pelo sigilo de comunicações.

Trata-se do direito fundamental à informação, inerente ao Estado Democrático de Direito e contem-

plado no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal: *“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”*.

Assim, é legítimo que um grupo de funcionários públicos possa se reunir presencial ou virtualmente para tratar de assuntos particulares, afetivos e reservados, assim como quaisquer cidadãos, sem que haja nenhum interesse público nessa reunião. Todavia, se esse mesmo grupo de funcionários públicos passar a se reunir para discussão de questões funcionais e estratégicas relacionadas ao exercício do cargo público, não há que se invocar o mesmo direito à privacidade e à intimidade inerentes a qualquer cidadão. Ao contrário, quando a comunicação funcional busca guarida em mecanismos sigilosos, os agentes públicos devem prestar contas sobre as razões da confidencialidade, sob pena de violação ao direito fundamental à informação.

“Já não é segredo que o juiz era parcial e que os procuradores queriam a cabeça de Lula”

No caso, as mensagens apreendidas pela Operação *Spoofing* revelam que um grupo de procuradores da Força-Tarefa do MPF mantinha frequentes diálogos pelo aplicativo *Telegram*, entre si, com o então juiz Sergio Moro e com autoridades estrangeiras, situações em que elaboravam estratégias, desempenhavam funções públicas e praticavam atos processuais.

Portanto, não há que se falar em sigilo das mensagens funcionais apreendidas pela Operação *Spoofing*. É de rigor que todas as mensagens funcionais sejam publicizadas e que se proceda à devida apuração da responsabilidade disciplinar e criminal de todos os envolvidos, em atenção aos princípios da indisponibilidade do interesse público e da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

Hoje, está claro que a anunciada “luta contra a corrupção” não passou de cavalo de Troia em que se ocultava um projeto político, econômico e ideológico, contrário à soberania popular e fracassado nas urnas, que ascendeu fraudulentamente ao poder. A curva au-

toritária da década de 2010 nos deixou a lição de que inexistente verdadeiro combate à corrupção sem instituições republicanas independentes, imparciais e leais à Constituição Federal. Nenhuma corrupção é maior do que a própria ruína da soberania popular e dos direitos fundamentais pelas práticas do soberano de plantão.

Já não é segredo que o juiz era parcial e que os procuradores queriam a cabeça de Lula. Não houve processo, apenas a dissimulação de uma caçada contra o inimigo político. Nunca se buscou justiça, apenas a implementação fraudulenta de um projeto ideológico de poder. Que o Supremo Tribunal Federal finalmente reconheça o que todos nós sabemos foi o primeiro passo. Mas não podemos nos contentar com meias-verdades de uma caixa-preta entreaberta. O direito à intimidade não pode servir de escudo para que agentes públicos conspiram contra o Estado Democrático de Direito, pois direitos fundamentais são limites e não instrumentos da violência estatal. Lula merece, enfim, um julgamento justo, mas, acima de tudo, o povo brasileiro merece conhecer a verdade.

# A pandemia agravou o que já era um drama na educação básica

por Cristina Ávila

*Na periferia, o ensino remoto é apenas mais uma ideia apartada da realidade para a maioria das mães, professoras e estudantes das escolas públicas, que todos os dias são obrigados a improvisar para garantir a sobrevivência e o acesso mínimo das crianças à educação. A maioria não consegue. As desigualdades sociais e econômicas incluem a exclusão digital. Até setembro do ano passado, apenas 11% dos 5.570 municípios brasileiros haviam adotado a educação a distância. O caos estrutural revelado pela crise sanitária, no entanto, já havia sido previsto há seis anos no Plano Nacional da Educação, que foi abandonado pelos governos*

**É** meia-noite de domingo quando o telefone de Paula Terra Nassr vibra com a chegada de uma mensagem no WhatsApp. Ela acabou de tomar banho e está a caminho da cama, depois de fazer a janta e as tarefas escolares via internet dos filhos gêmeos, Bernardo e Joan, de 13 anos, e do Lucca, de 22, que

exige cuidados especiais por ser autista.

Durante o final de semana, a demanda do celular diminui, mas não cessa. São 20 grupos de conversa. Um a cada 20 chamadas diárias que requerem alguns minutos de atenção cada uma. E de carinho. Pode ser um aluno, uma família ou um colega da professora da Escola

Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Afonso Guerreiro Lima, que tem 940 estudantes, na Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre. Paula abre a mensagem, interpreta as dúvidas e faz perguntas básicas antes de conseguir responder.

“Nós, professoras, estamos esgotadas. Mas do outro lado da linha tem alguém que precisa de mim. Te-

nho que atender”, exclama. A rotina dela representa a rotina da maioria dos professores das escolas públicas de Porto Alegre e do Brasil. Mães se queixam, dizem que estão perdendo o sono e com dor de estômago pelas tentativas frustradas de ajudarem os filhos nas tarefas. “Há colegas com até 20 turmas, em média com 30 alunos cada”, conta.

## Busca de alunos nas redes sociais para reduzir evasão

Até mesmo o paradeiro dos estudantes está difícil de saber. Na Lomba do Pinheiro, professores estão fazendo “busca ativa”, investigando em Facebook e Instagram para descobrir onde estão. “Muitos venderam os celulares,

perderam os planos de internet por causa do desemprego”, relata a vice-diretora da escola Guerreiro Lima, Sinthia Mayer.

“Mas superamos as expectativas em 2021. Já conseguimos o envolvimento de 50% da comuni-

dade escolar, conseguimos fazer até assembleia virtual com familiares. Descobrimos que muitos pais e mães não iam nas reuniões na escola porque matam um leão por dia, trabalhando pra sobreviver. Hoje estão presentes conosco,

por meio do WhatsApp. Mobilizamos mercados, sindicatos, associações, fizemos arrecadação de alimentos. Tudo acontecendo, nos agarramos na esperança, as pessoas pedindo comida, pais e mães morrendo de covid.”



Cinco dos oito filhos de Kátia Brandão, estudantes da Alberto Pasqualini, na Restinga, dependem do celular da mãe para ter acesso ao conteúdo das aulas

## Aulas por rádio e televisão

“Estamos fazendo todo o possível. Em Alagoas estão usando o rádio, há estados com aulas por canais de televisão. Mas não tem faz-de-conta, tivemos em 2020 no país um ensino meia-boca”, resume Edileuza Fernandes, coordenadora do Observatório da Educação Básica, da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília (UnB). “No pós-pandemia, teremos desafios na aprendizagem, principalmente dos estudantes de redes públicas. O Brasil tem 47,3 milhões de matrículas na educação básica, segundo o Censo 2020, a maioria em escolas municipais e estaduais. Em mais da metade dos estados, menos de 60% das famílias têm acesso à internet banda larga. E menos de 40% das escolas básicas públicas têm computadores ou tablets com acesso a alunos e professores”, ressalta ela, com base em Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019.



A rotina da professora Paula Nassr só termina depois da meia-noite, depois de interagir com seus alunos em 20 grupos de conversa, fazer a janta e orientar as tarefas escolares dos três filhos

## Começar do zero, como um atleta que se lesionou

“Precisamos identificar os que estão sem nenhum acesso à escola. São os que têm maior déficit, mas todos voltarão com déficit. É como um atleta que se tratou de uma lesão. Os treinos recomeçam do zero”, compara Edileuza Fernandes.

Ela propõe avaliações diagnósticas permanentes para intervir junto a estudantes que ficaram pelo caminho, e a retomada de projetos de educação integral com jornada ampliada para atender aos alunos mais prejudicados pela exclusão. “Não como compensação do conteúdo curricular. Precisamos definir os conteúdos que não podemos abrir mão, mas também favorecer o protagonismo, especialmente dos jovens, saber como eles desejam a escola, o que querem para a sua vida.”

Na Restinga, a Emef Alberto Pasqualini atende a cerca de 1.200 alunos, e as professoras relatam algumas situações que caracterizam grande parte das escolas públicas de educação básica. “Em nossas turmas de 25 a 30 alunos, três ou quatro conseguiram responder às atividades durante o ano letivo de 2020”, conta Janaína Barbosa.

“Temos muitas mães com diagnósticos de depressão, muitas são mães solo (sem marido). Há casos em que passaram por violência doméstica, estão desemprega-

das”, acrescenta sua colega Ana Carolina Silveira, que, mesmo depois de transferida para outra escola neste ano e morando na Zona Norte, acaba voltando ao bairro, pois existem famílias que ela acompanha há dez anos e não conseguiu abandonar.

A Lomba do Pinheiro e a Restinga, onde se localizam as Emef Afonso Guerreiro e Alberto Pasqualini, respectivamente, são áreas contínuas de periferia e baixa renda, entre a Zona Leste e o extremo-sul porto-alegrenses. Somam mais de 110 mil habitantes e estão entre os bairros de maiores populações autodeclaradas negras e pardas da capital gaúcha.

Os moradores se originaram de territórios rurais e “malocas” de áreas centrais removidas há cerca de 50 anos para longe dos olhos da cidade. As comunidades têm histórico de resistência. Suas organizações culturais, sociais e políticas são cada vez mais atuantes e reconhecidas.

Uma das alunas da Pasqualini que Ana Carolina visita é Amanda, de 9 anos, que a recebe com as mãozinhas na cabeça, dando pulinhos sem tirar os pés do chão: “Então, eu tô na 4ª série? Não acredito!”, exclama ao saber da novidade. Sem assistir às aulas, foi aprovada automaticamente, como todos da rede pública.



Foto: Igor Sperotto

A pandemia multiplicou as dificuldades das famílias. Andréia precisou fechar o brechó. Luta sozinha. Sem saber ler, não recebe comunicados da escola

## O analfabetismo ainda é uma grande barreira

A mãe da menina, Andréia Pires da Silva, tem um celular que serviria para ambas terem recebi-

do o recado que a escola mandou. Mas não sabem ler. Antes de sair, a professora entrega uma sacola

com lápis e exercícios impressos, que a menina fica resolvendo, feliz, com o irmãozinho Kauan, de 8 anos. Na porta do prédio, uma turminha miúda da mesma idade brinca, imitando golpes de luta do jogo eletrônico *Free Fire* e comentando a potência das *snipers* usadas por atiradores de elite.

Andréia perdeu o marido há cinco anos. Ele era músico e ganhava o suficiente para manter bem as despesas domésticas, mas um dia foi trabalhar na noite e acabou assassinado (ela conta fazendo sinais para que a filha não perceba). Depois, ela conseguiu se cadastrar no programa *Minha Casa Minha Vida*, que na época

aceitava a renda do Bolsa Família como garantia, e assim conseguiu o apartamento onde mora.

Além do benefício do governo federal, os três passaram a depender dos extras que a mãe conseguia com faxinas. E a professora a ajudou a conseguir cadastro para remédios no programa Farmácia Popular, para a depressão que sente e para o menino que é hiperativo. Recentemente, abriu um brechó, que foi fechado quando o Rio Grande do Sul inteiro foi coberto pela bandeira preta da covid-19, neste início de 2021. Andréia ficou mais pobre e, sem saber ler, com mais dificuldades ainda na busca por trabalho.



Foto: Igor Sperotto

Escolas municipais de educação básica em 2020

68.300 alunos  
312 escolas  
4.917 professores

Fonte: Smed/Prefeitura de Porto Alegre

## Escolas públicas de Brasília têm os problemas do Brasil

“Temos 38 milhões de analfabetos funcionais no país”, comenta Edileuza Fernandes, ressaltando a incapacidade de os pais em ajudarem os filhos nas tarefas escolares. Ela comenta que a pandemia tornou ainda mais graves e evidentes as situações que já existiam antes. “Entre os alunos que em 2019 estavam em sala de aula no Brasil, 16,2% do ensino fundamental apresentavam distorção entre idade-série. No ensino médio, a taxa de distorção idade-série é de 26,2%, de acordo com o Censo de 2020.”

Na capital federal, onde a renda *per capita* é o dobro da nacional,

um levantamento feito pelo Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), em maio, revela que a falta de tecnologia também tem números bastante lastimáveis: 26,27% dos 460 mil estudantes da rede pública do DF não têm condições materiais para participarem de nenhum tipo de Ensino a Distância (EaD). Quase 121 mil alunos não têm nenhum tipo de equipamento para uso em aulas nas plataformas digitais. “Esses correm os mais graves riscos de não voltarem pra escola, por vários motivos”, acentua a coordenadora do Observatório da Educação Básica da UnB.

## A omissão do MEC obriga os professores ao improviso

A capital gaúcha só é mais um reflexo do país. Edileuza Fernandes observa que até setembro do ano passado apenas 11% dos 5.570 municípios brasileiros haviam adotado o ensino remoto. Muitos preferiram investir esforços em diagnósticos e preparação de professores. “O Ministério da Educação não oferece orientações para superar essa crise.”

A professora acentua que as escolas necessitam de diferentes estratégias para exigências de va-

riados grupos, da educação infantil ao ensino médio. E resalta que as necessidades apresentadas durante a pandemia já deveriam estar solucionadas há anos. Portanto, o roteiro do que precisa ser feito daqui pra frente já poderia estar em ritmo acelerado há cerca de seis anos, pois muitas estratégias voltadas à formação de professores para uso de tecnologias, infraestrutura e equipamentos necessários estão descritas no Plano Nacional de Educação (PNE) para

## As mães sofrem de depressão

Os filhos de Kátia Alves Brandão fazem parte desse tipo de estatísticas. Aliás, ela tem oito. Mas cinco estão entre os 11 e 16 anos, estudantes da Alberto Pasqualini, na Restinga. Dois pares de gêmeos e Dafne, de 15. Todos usam o celular da mãe. Mas é tudo muito complicado. Além dos apagões por causa do mau sinal da operadora de internet, a disputa é grande. E o resultado das aulas virtuais é nenhum. Davy nunca nem tentou fazer exercícios mandados pela escola pelo WhatsApp.

“Só o que interessa pra ele no celular é joguinho”, denuncia Kátia. “Eu prefiro aula na escola”, justifica o menino. Ketley concor-

da. Mas as famílias não querem contaminação e mais mortes. Essa mãe é uma das mulheres que sobrevivem com muitos filhos sem ajuda de marido. E também precisa de remédios para controlar a ansiedade, porém prefere não tomar para ficar atenta à filha Weschelle, uma das gêmeas, que é acometida de esclerose tuberosa, tem manifestações neurológicas, com convulsões. No ano passado, eles perderam quase todos os móveis da casa por causa da inundação do Arroio do Salso, que corre na esquina. Mais uma vez, a ajuda solidária foi mobilizada. Kátia abraça Ana Carolina e chora.

2014 a 2024, que até agora teve quatro metas razoavelmente atendidas e 16 abandonadas. “Agora, precisamos recorrer a ações improvisadas para dar respostas à sociedade”, resume a professora da UnB, que tem experiência de 30 anos em salas de aula do DF.

Na maioria dos estados, menos de 60% das famílias têm acesso à banda larga, e menos de 40% das escolas básicas públicas têm computadores ou tablets para uso de alunos e professores, destaca Edileuza Fernandes, da UnB



Foto: Museu da Educação/ Reprodução

## Ensino híbrido, um caminho possível para o pós-pandemia

Existe um vazio nos currículos escolares. Professores e especialistas conhecem as deficiências e as soluções – que já estão atrasadas há anos, e podem demorar



Foto: Acervo Pessoal

A pandemia aponta caminhos para o futuro da educação pública, a exemplo do ensino híbrido, avalia Vitor de Angelo, presidente do Consed

ainda mais, como demonstra a nota pública emitida em março, um mês depois da posse do novo presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Vitor de Angelo. “O Consed recebe com perplexidade a informação do veto presidencial ao projeto que garantiria acesso à tecnologia para estudantes e professores. Diante da falta de coordenação nacional, ao menos até o momento, seria a primeira ação importante na área da educação, realizada pela União, desde o início da pandemia.” O documento referia-se ao veto de Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei 3.477/2020, o qual busca garantir acesso à internet, com fins educativos, a alunos e professores da

educação básica. O veto será apreciado pelo Congresso Nacional.

Angelo, que também é secretário de Educação do Espírito Santo, destaca que o ensino híbrido – mescla de aulas presenciais e virtuais – é prioridade do Consed para o biênio 2021/2022. “Tem muito a ver com os desafios que a pandemia trouxe, especialmente para a educação pública. A ideia é se debruçar sobre experiências nacionais colhidas ao longo do ano passado, quem sabe compará-las com a riqueza de experiências internacionais, apontar dificuldades, políticas necessárias, indicar o que caberá a estados, municípios e governo federal. Enfim, fazer uma radiografia do país nesse aspecto e ser propositivo

em como avançar, tanto para 2021 como para os anos seguintes. Pelo menos para o ensino médio, o ensino híbrido é uma perspectiva que já estava na agenda e cuja necessidade de adoção foi precipitada pela pandemia”, enfatiza.

O Consed tem ações conjuntas com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com planos de trabalhar com técnicos de Secretarias, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e MEC. O Conselho já disponibiliza informações do calendário letivo de 2021 sobre medidas tomadas no país para mitigar perdas causadas pela pandemia, as quais podem ser acompanhadas em [Consed.info/ensinoremoto](http://Consed.info/ensinoremoto).



Foto: ONS/Divulgação

As bases tecnológicas do Sistema Interligado Nacional (SIN), gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, são resultado de pesquisas do Cepel

# Privatização da Eletrobras ameaça centro de pesquisa energética

por Marcelo Menna Barreto

*A pesquisa de fundo no setor de energia elétrica brasileira pode estar seriamente ameaçada pela proposta de privatização da Eletrobras, que possibilita a retirada dos principais recursos financeiros do Cepel, os quais tornaram o sistema de geração, transmissão e distribuição elétrica no país um dos mais eficientes do mundo. Se a falta de planejamento de investimentos em linhas de transmissão culminou com o apagão de 2001 no final da era FHC, a pergunta agora é: pode acontecer um apagão tecnológico no setor elétrico brasileiro? Mais do que uma pergunta retórica, o questionamento é pertinente em um país continental como o Brasil e que vê acionistas da Eletrobras, um conglomerado controlado pelo Estado, mudar seu estatuto para retirar importantes programas sociais estratégicos para a nação*

**A** Medida Provisória apresentada em fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que encaminha a privatização da Eletrobras no âmbito da Câmara dos Deputados, a MP 1.031/2021, pode significar uma grande ameaça ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Instituído em 1974 pela

Eletrobras, Chesf, Furnas, Eletro-norte e Eletrosul, o Cepel é o braço de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico (P&D) da Holding Eletrobras.

Sob regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as empresas que atuam no setor de geração, transmissão e distribuição de energia se obri-

gam a investir compulsoriamente em projetos de P&D, tendo por base suas Receitas Operacionais Líquidas (ROL). Companhias que atuam na Geração e Transmissão têm por índice 1% do seu ROL e as de Distribuição, 0,5%.

Dos cerca de R\$ 200 milhões anuais do orçamento do Cepel, 80% saem dos cofres da holding

estatal. Segundo a MP, quatro anos depois que o governo federal abrir mão do controle acionário da empresa com a privatização, esses recursos devem ser reduzidos na ordem de 25% por ano.

O dilema é: poderá o Cepel repor todo esse financiamento em curto e médio prazo via prestação de serviços a novos clientes?

## As lições deixadas pelo apagão de FHC

Não necessariamente pode ocorrer um apagão no setor elétrico nacional como o do final do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que, no seu processo de privatização, acabou descuidando do planejamento de investimentos necessários para o país. "Um abandono da responsabilidade estatal antes da privatização. Tipo: 'Como vamos vender e passar a responsabilidade para os investidores privados, não va-

mos investir então'", disse um importante ex-executivo do setor que hoje presta consultorias para as mais variadas empresas de energia no Brasil e, por isso, pediu a condição de fonte anônima.

Nos anos FHC, foram privatizadas geradoras de energia hidroelétricas, principalmente no Sudeste.

Nesse caso, houve uma ironia do destino. A falta do planejamento citado foi fatal. No período em que as hidroelétricas do Sudeste

estavam com seus reservatórios de água abaixo do necessário devido à ausência de chuvas, o não investimento em linhas de transmissão ocasionou o grande blecaute que forçou os brasileiros a racionar energia a partir de 1º de julho de 2001.

Colocar a culpa em São Pedro, como fez FHC, não colou. "A falta de um plano de investimentos, agravada pelo sistema de transmissão que não era robusto o su-

ficiente para transferir energia entre as regiões do Brasil, foi a real causa", afirma o agora consultor.

No fim das contas, os consumidores tiveram que cortar "voluntariamente" 20% do consumo de eletricidade sob pena de ter um aumento no custo final da energia elétrica. A restrição durou até 19 de fevereiro de 2002, quando os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste se recuperaram após o período chuvoso.

## Riscos de blecaute tecnológico

O apagão que pode advir dessa vez é na pesquisa de fundo, de inovações, algo que fez o Cepel ser referência internacional. Por exemplo, foram estudos desse centro de pesquisas que fizeram com que o Brasil tenha hoje um dos sistemas elétricos mais confiáveis do mundo.

O Cepel emprega, atualmente, 270 pesquisadores que estão dis-

tribuídos em 34 centros de estudos e laboratórios.

Foi nessa estrutura que se criaram as bases tecnológicas do Sistema Interligado Nacional (SIN), hoje gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O SIN é um modelo que permite a realocação de grandes blocos de energia de uma região para outra do país para o neces-

sário "socorro" em caso de possibilidades de desabastecimento. Seja por eventuais acidentes ou por questões climáticas, por exemplo.

Um caso perfeito para exemplificar o SIN é exatamente a crise que deu origem ao racionamento de 2001.

Se houvesse linhas de transmissão suficientes para socorrer a Região Sudeste – que estava com seus reservatórios hidrológicos bai-

xos –, modelos e softwares como o Newave desenvolvidos pelo Cepel poderiam evitar o racionamento.

Leva-se em conta aí o fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais. Ou seja, se há estiagem em uma região, em outra, certamente, pode haver água em abundância ou energia termoelétrica que pode ser acionada para o provimento nacional.

## Novos rumos para o Cepel

Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), entende que, por ter sido origina-

do na Eletrobras e, de certa forma, cativo às demandas da holding, o Cepel acabou não desenvolvendo uma cultura empreendedora, de ir ao mercado. "Na minha modesta avaliação, a estratégia do Cepel diante desse novo cenário é ir a campo", aponta.

Para Castro, o Cepel pode buscar nichos de mercado. Como exemplos, o professor cita o ambiente da energia nuclear que continuará estatal e possíveis parcerias com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI), criado em 2003 pela Itaipu Binacional e que, também, não será privatizada.

O professor da UFRJ diz que o Centro deve entender o momento e passar a ver que "se o setor

elétrico precisa do Cepel, o Cepel precisa do setor elétrico". Para ele, o Cepel tem vantagens que o coloca em uma posição de se firmar como um centro de pesquisa autossustentável, mas considera improvável que algo assim aconteça. "Poderia buscar a possibilidade de ser um certificador de carros elétricos, por exemplo, mas, de longe, não vejo uma cultura", opina o pesquisador da UFRJ.

Com uma visão holística sobre o setor elétrico nacional, Castro não acredita em possíveis motivos para um "apagão" na busca de inovações para a área. "As empresas são competentes e cada vez mais usam bem os seus recursos de P&D – que foi o catalizador



Para Castro, da UFRJ, não há risco de apagão

Foto: UFRJ/Gesel/Divulgação

desse processo. O Cepel tem que correr atrás.”

Dentro do Cepel, a avaliação é que a fonte de recursos de outras empresas, fora a Eletrobras e suas subsidiárias, tem crescido gradualmente, mas não fará frente a uma possível saída total da holding em quatro anos.

Ronaldo Custódio, integrante do conselho do Cepel entre 2003 e 2016, discorda em grande parte da visão de Castro. “Segue a linha liberal, mercadológica. É ruim porque tende a transformar um importante centro de pesquisa em uma consultoria de luxo”, critica.



Cepel pode virar consultoria de luxo, alerta Custódio, que já foi conselheiro do órgão e dirigiu a Eletrosul

## A Eletrobras e o papel de Estado

Custódio, que também foi diretor de Engenharia e Operações da Centrais Elétricas S.A., a Eletrosul, uma das subsidiárias da Eletrobras, acredita que essa possibilidade pode acarretar falta de recursos para as chamadas pesquisas de fundo. “As empresas privadas, cada vez mais para atender aos seus acionistas, querem resultados no curto prazo. A pesquisa de fundo dá um retorno lento”, ressalta.

De acordo com o engenheiro, o mínimo que deveria acontecer era o Estado brasileiro assumir a responsabilidade sobre o Cepel. “Países avançados fazem isso”, afirma. Nesse sentido, ele destaca que a MP 1.031/2021 aponta a possibilidade de retirada de investimentos da Eletrobras no Cepel, mesmo com a ideia de ações pulverizadas, sem a existência de um acionista majoritário.

O ex-ministro Márcio Zimmermann destaca a importância do Cepel na história do Brasil. “Tem que ter uma cabeça muito pequena para não ver que um centro de pesquisa como o Cepel é importante e estratégico”, lamenta. Ex-diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Cepel, ele já passou pelos cargos mais estratégicos do setor elétrico do país. Foi diretor de Engenharia da Eletrobras, presidente da Eletrosul, secretário nacional de Planejamento e Desenvolvimento Energético, secretário-executivo e, posteriormente, titular do Ministério de Minas e Energia (MME).

Na opinião dele, um centro de pesquisas de fato não sobrevive somente com a venda de serviços e produtos. “A pesquisa, a busca de inovação, também pode resultar em experimentos falhos, o que não deixa de ser importante”, explica Zimmermann.

O ex-ministro cita exemplos de instituições de excelência internacional que têm respaldo estatal. “Quando em visita oficial aos Estados Unidos, fiquei sabendo que o Departamento de Energia de lá, que equivale ao nosso ministério, tinha um orçamento de US\$ 29 bilhões para P&D”. No Brasil, o orçamento do Ministério de Minas e Energia para 2021 é de R\$ 8,9 bilhões.

Nos investimentos norte-americanos, estão o *Oak Ridge National Laboratory* e o *National Renewable Energy Laboratory*. São as organizações daquele país que mais se assemelham ao Cepel. O orçamento para o funcionamento desses centros recebe cerca de 80% do governo norte-americano.

Zimmermann lembra, ainda, do *Korea Electric Power Research Institute* (Kepri). O instituto é uma espécie de subsidiária da *Korea Electric Power Corporation* (Kepco), a estatal do país asiático.

Um ponto é consensual entre as opiniões de Castro, Custódio e Zimmermann: no decorrer de sua história, a Eletrobras e, por consequência, o Cepel, ao prestarem os seus serviços, cumpriram também papéis de Estado.

## Acionistas liquidam com programas sociais



Entre as funções de Estado da companhia e do centro de pesquisas, estão o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), o qual é gerido por uma Secretaria-Executiva ligada à holding, e o mais recente *Luz para todos*, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da energia elétrica.

O Procel e o *Luz para todos*, aliás, também estão ameaçados. E não é apenas pelo processo de

privatização da estatal.

A última assembleia dos acionistas da Eletrobras, realizada em 28 de janeiro, fez alterações no estatuto da holding. Além de desobrigar a manutenção do Cepel, o que foi além do que a própria MP de Bolsonaro prevê, os acionistas da Eletrobras decidiram pela exclusão da sua obrigação de manter os programas sociais – inclusive o Procel e o *Luz para todos*.



“Tem que ter uma cabeça muito pequena para não ver que um centro de pesquisa como o Cepel é importante e estratégico”, critica Zimmermann, ex-ministro de Minas e Energia



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# Rio Grande do Sul, um estado à venda

*O governador Eduardo Leite é apresentado com um verniz de modernidade e de renovação na política – no plano econômico, implementa basicamente a mesma agenda de Bolsonaro e Paulo Guedes, de privatização de empresas públicas*

Foto: Felipe Dalla Valle/Palácio Piratini



**F**undação Zoobotânica, Fundação de Ciência e Tecnologia, Fundação de Economia e Estatística, Fundação Piratini, Fundação de Desenvolvimento e Recursos Humanos, Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional, Companhia Riograndense de Telecomunicações, Caixa Econômica Estadual, Companhia Estadual de Energia Elétrica... A lista de fundações e empresas públicas extintas no Rio Grande do Sul por governos do MDB/PMDB, PSDB e seus aliados é extensa e não para de crescer.

Os novos alvos da agenda privatista desses partidos são o que resta ainda da CEEE para privatizar (depois do que já foi vendido pelo governo Antonio Britto), Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), Carris (empresa de transporte público de Porto Alegre), Procempa, DMAE... A lista parece não ter fim. O governador Eduardo Leite (PSDB) jura que o Banrisul não está em sua lista de liquidação, mas ele também prometeu, durante a campanha eleitoral, que não privatizaria a Corsan.

Na contramão do que ocorre nas estratégias de governança dos estados que não abrem mão de sua capacidade de desenvolver

centros de inteligência e pesquisa próprios garantidores do desenvolvimento social e econômico de suas comunidades, o Rio Grande do Sul abraça uma agenda atrasada, patrocinado por um núcleo empresarial e agroexportador obscurantista, cúmplice, mais ou menos diretamente, do discurso e das práticas negacionistas do governo Jair Bolsonaro.

Enquanto o Instituto Butantan, um instituto público, dá mais uma vez o exemplo em São Paulo, da importância estratégica de os estados terem seus próprios centros de pesquisa, o Rio Grande do Sul desmonta peça a peça todos os seus centros de pesquisa e suas empresas responsáveis por serviços básicos prestados à população.

O governador Eduardo Leite é apresentado com um verniz de modernidade e de renovação na política. Se é verdade que, no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, ele recusou o caminho negacionista de Bolsonaro e procurou implementar uma estratégia de distanciamento social, com idas e vindas que prosseguem até hoje, no plano econômico ele implementa basicamente a mesma agenda de Bolsonaro e Paulo Guedes, tendo a privatização de empresas pú-

blicas, como a CEEE e a Corsan, como um de seus carros-chefe. Essa característica ficou mais evidente quando Leite foi alçado, pelo próprio PSDB, à condição de possível candidato à presidência da República. Coincidência ou não, a partir desse momento, Leite passou a acelerar sua agenda privatista, aproveitando-se da dificuldade de a oposição articular mobilizações de rua contra essa agenda em função da pandemia.

O discurso é sempre o mesmo, desde o governo Antonio Britto. A crise financeira do Rio Grande do Sul exige austeridade e diminuição do Estado. Em um editorial publicado no dia 22 de setembro de 1996, o jornal *Zero Hora* comemorava a renegociação da dívida feita por Britto com a União.

O jornal festejou nas suas manchetes da época: "Os gaúchos limpam a ficha", "O RS está liberado para novos empréstimos e investimentos". "A renegociação da dívida obtida pelo governo Britto liberta o Estado do maior obstáculo ao seu desenvolvimento (...) É uma obra que restabelece o crédito e a credibilidade do Rio Grande, com reflexos nas próximas administrações", escreveu na época o então colunista de ZH, José Barrionuevo.

Mas quais foram mesmo os reflexos nas administrações seguintes?

As soluções do governo Britto para a dívida do Estado, que "limpariam a ficha" dos gaúchos, não só não entregaram o que prometeram, como também agravaram a situação financeira do Estado. Em um texto de apresentação ao "Relatório Anual 2014 Dívida Pública Estadual", elaborado pelo Tesouro do Estado, Giovani Feltes, secretário da Fazenda do governo José Ivo Sartori, reconheceu: "A dívida pública do Estado atualmente supera os R\$ 54 bilhões, 86% dos quais compostos pela dívida renegociada com a União em 1998".

No início de 2021, em meio à pandemia, o que se vê no Rio Grande do Sul é a repetição da mesma receita, os mesmos editoriais, as mesmas medidas de desmonte do Estado. O agravante é que, cada vez mais, o Estado vai perdendo sua capacidade de elaboração de políticas de saúde, de educação, de soberania alimentar e energética. Para Eduardo Leite, Sebastião Melo e seus aliados, a melhor maneira de resolver a crise do Estado é... vender o Estado. No ritmo que vai, não vai sobrar nem o Palácio Piratini nem o chafariz da Praça Montevideu.

# Agrotóxicos: o veneno está no ar, no solo, na água e na mesa dos gaúchos

por Thiago Copetti

*Mesmo sem conseguir controlar os danos provocados pelo uso de agrotóxicos em apenas 24 municípios prioritários do programa Deriva Zero em 2020, o governo do estado tenta afrouxar as regras para o uso de químicos no Rio Grande do Sul. No final do ano passado, o governador Eduardo Leite (PSDB) encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei 260, que flexibiliza o uso de venenos em lavouras gaúchas e pode trazer de volta o perigoso Paraquat, químico utilizado na Guerra do Vietnã, há anos banido da Europa e também proibido por aqui. Com viés econômico, o governo gaúcho aposta na expansão das culturas que vicejam à base de venenos nos pampas, enquanto os próprios dados do programa Deriva Zero mostram que o estado ainda está muito distante do controle adequado. Embora a aplicação de venenos em larga escala elimine pragas e aumente a produtividade das lavouras, a aplicação excessiva e ilegal contamina o solo e a água, causa danos irreparáveis ao meio ambiente, provoca intoxicações, doenças crônicas e mortes – no meio rural e nas cidades*

Foto: Igor Sperotto



**E**m novembro de 2020, uma pulverização aérea irregular de agrotóxicos destinados a lavouras de grãos em Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre, dizimou cerca de 70% da produção orgânica de pelo menos duas dezenas de famílias de agricultores do assentamento Santa Rita de Cássia II, que integra o complexo de cultivo orgânico da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior produtor de arroz agroecológico da América Latina. A comunidade é rodeada de fazendas que praticam o cultivo convencional de arroz e soja, com aplicação de venenos em larga escala nas lavouras.

A nuvem química lançada por avião agrícola no final do ano passado foi muito além do que deveria pela ação dos ventos, na chamada deriva. A pulverização, feita sem respeitar cuidados básicos, secou hortas, contaminou o solo, provocou a intoxicação de homens, mulheres e crianças, avançou até mesmo por dentro de estufas e criatórios de animais, causando mortes de suínos e, dias depois, abortos de bovinos, de acordo com os produtores atingidos, que registraram ocorrência na Delegacia de Polícia.



Em Nova Santa Rita, o veneno pulverizado de avião foi parar nas estufas e viveiros de mudas das plantações agroecológicas

Os agricultores relatam, ainda, que foram alvo de intimidação depois dos registros e após a Justiça entrar no caso, proibindo pulverizações aéreas em lavouras do entorno do assentamento. Em março, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve um recurso ajuizado pelo produtor João Carlos Hanus, que arrenda parte da Granja Nenê, lindeira ao assentamento, e um dos produtores apontados como responsável pela deriva, mas proibiu a pulverização de agrotóxicos com aeronaves em lavouras no entorno do assentamento. Advogado de Hanus, Anderson Belloli afirma que, em novembro, a lavoura do produtor já estava em desenvolvimento e que o 2,4-D danificaria o arroz pelo estágio em que se encontrava naquele período.

Depois da decisão judicial que proibiu a pulverização aérea de agrotóxicos, produtores registraram imagens do sobrevoo de um avião de pequeno porte sobre

o assentamento. Após rasantes sobre as moradias, roças e estufas, segundo os produtores, um forte cheiro se espalhou pela colônia e novas perdas foram registradas. Nas horas que se seguiram, parte dos assentados foi parar no posto de saúde local com sintomas de intoxicação.

“Foi um claro ataque contra pessoas, porque o avião dava rasantes sobre as casas. Não estava pulverizando lavoura nenhuma. Nós éramos o alvo. Chegou tão perto que conseguimos fotografar o prefixo da aeronave”, relata um agricultor que não quis ser identificado, apreensivo com a própria segurança.

O delegado responsável pelas investigações, Mário Souza, prefere não relacionar os dois episódios, mas ressalta que é importante denunciar. Investigações e boletins de ocorrência sobre deriva não são comuns e dependem de perícias técnicas e laudos externos. O que ocorreu no assentamento, diz Souza, serve de alerta

para produtores de todo o estado ao mostrar que a deriva e prejuízos causados a outros agricultores são, também, um caso de polícia.

“Já ouvimos diversas testemunhas e os pilotos, mas um dos laudos não apontou a deriva. Uma das razões pode ser o uso de químicos ilegais que não são identificados nas amostras colhidas.”

Joice dos Santos, um dos produtores que registrou perdas em quase todas as suas culturas e também animais, diz que precisou vender uma camionete e trator para pagar as contas do prejuízo. “As denúncias, na polícia e na Justiça, acho que nem vão servir tanto para nós, mas sim como respaldo para outros produtores, no futuro. E espero que venham a inibir em todo o estado que isso se repita”, avalia.

Os prejuízos aos agricultores que, mesmo sem usar agrotóxicos, viram solo e plantas contaminados, perderam clientes e têm quebra na produção, se avolumam em todo o Rio Grande do Sul. Mas

os danos do uso desregrado de químicos nas lavouras vão muito além dos econômicos e raramente são ressarcidos. Assim como em pouquíssimos casos, os impactos na saúde são contabilizados.

No posto de saúde onde os produtores de Nova Santa Rita buscaram ajuda – com ardência nos olhos, enjoos, dores de cabeça e outros sintomas de intoxicação –, nenhum exame foi feito ou sangue coletado. Foram mandados embora com “suspeita” de covid-19, apesar dos relatos da pulverização e dos visíveis danos nas hortas e nos pomares. A falta de notificações de intoxicações por agrotóxicos é comum no país, tanto nos casos imediatos, pelo uso ou proximidade de uma área de aplicação, quanto os casos crônicos de envenenamentos. E isso não apenas no meio rural, alerta o Instituto Nacional do Câncer (Inca): toda a população está suscetível à exposição por meio da ingestão constante de alimentos ou água contaminada.

## O veneno está no sangue e na mesa da população urbana

“Análises laboratoriais de sangue para detecção de agrotóxicos em quem busca atendimento são praticamente inexistentes e defasadas. Há uma intensa liberação de princípios ativos novos todos os anos, mas sem que estejamos fazendo nenhum estudo sobre os impactos na saúde”, alerta Vanda Garibotti, servidora da Secretaria Estadual da Saúde no Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA).

Doenças causadas pelo uso de agrotóxicos podem até ser mais “visíveis” na população rural, mas os químicos usados nas lavouras vão parar na mesa da população urbana pelos alimentos e até mesmo pelas fontes de abas-

tecimento de água de grandes cidades. As vítimas do uso indiscriminado de agrotóxicos, no entanto, são invisíveis devido às carências de diagnósticos, à falta de exames adequados e às subnotificações de casos e exames em postos de saúde e hospitais.

Em Porto Alegre, por exemplo, 27 agrotóxicos foram detectados nas fontes que abastecem a cidade entre 2014 e 2017, segundo dados compilados pelo portal *Por Trás do Alimento*, colhidos a partir do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde. Onze deles são associados a doenças crônicas, como câncer, defeitos congêni-

tos e distúrbios endócrinos. Como isso é possível se, apesar de possuir extensas áreas rurais na Zona Sul, a capital gaúcha está longe de ser polo do agronegócio?

“A água que chega a Porto Alegre tem origem em diferentes rios, como o Gravataí, o Sinos e o Jacuí, entre outros, que costeiam quilômetros e quilômetros de lavouras ao longo de seus cursos. É comprovado que existe uma carga tóxica trazida nos alimentos e que pode ir se acumulado no corpo pelo consumo diário, amplo e irrestrito”, explica Juliano de Sá, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul (Consea/RS).

O Departamento Municipal

de Água e Esgotos da capital (Dmae) contesta os dados e afirma que não há detecção de agrotóxicos na água de Porto Alegre, conforme análises periódicas realizadas pelo órgão. Mas como saber se a água consumida pela população em outras partes do estado tem traços de contaminação por agrotóxicos? A Corsan não oferece qualquer canal público de acesso a dados. Questionada sobre, a companhia gaúcha somente remete ao site do Sisagua, do governo federal, que não é aberto ao público. A falta de transparência é alvo de críticas do Ministério Público Federal (MPF), que pede, há anos, um sistema de fácil acesso aos moradores do estado.

## Mata silencia sobre intoxicações e mortandade de abelhas



Foto: Arquivo Pessoal

O caso de Nova Santa Rita assemelha-se a outro de grande repercussão no estado, registrado em 2018 em Mata, município de 5 mil habitantes situado na Região Central gaúcha, e um dos enclaves do cultivo de soja à base de venenos.

Em outubro daquele ano, período em que grandes lavouras de verão começam a ser preparadas, apicultores como Jailson Bressan e Maicon Folgerini viram morrer cerca de 420 mil abelhas. Nos mesmos dias, diversos moradores da cidade recorreram ao hospital da vizinha Jaguarí em busca de atendimento, com sintomas clássicos de intoxicação por agrotóxico. Como era outubro e a cidade vivia a euforia das festas de Kerb alemãs, conta Folgerini, o adoecimento de alguns colonos passou por simples intoxicação alimentar associada à comilança durante os festejos.

A morte das abelhas, no entanto, ficou sem explicação até a liberação de um laudo, que atestou a contaminação por Fipronil nas colmeias.

Falar sobre o caso é evitado na cidade, e são poucos que o fazem abertamente, como Bressan, Folgerini e o secretário de Agricultura da época, Guimarães da Silva. No Hospital de Caridade de Jaguarí, onde produtores intoxicados buscaram atendimento no mesmo período da mortandade das abelhas,

os atendimentos ambulatoriais aumentaram cerca de 10%, mas as autoridades de saúde não se deram ao trabalho de investigar.

Folgerini diz que a maioria dos moradores tem familiares que plantam soja, e por isso a deriva vai sendo empurrada para baixo do tapete. Já as lavouras avançam e cercam o município até quase as calçadas.

Os danos à saúde também se espalham, comenta o apicultor, que perdeu mais de uma centena de colmeias também entre 2019 e 2020. “Ninguém aqui fala muito, mas toda semana tem um novo caso de câncer. Muitos produtores e apicultores têm prejuízos há anos, mas como todo mundo tem um parente que planta, fica por isso mesmo”, relata.

O ex-secretário de Agricultura assegura que nada mudou em Mata desde 2018. Ou seja, a deriva segue descontrolada, os prejuízos aos pequenos agricultores não são ressarcidos, e os culpados seguem impunes.

“Nada foi resolvido, simplesmente os produtores ficaram com o prejuízo. Quem poderia agir não fez nada, nenhuma investigação. Tá tudo calmo e quieto e acho que vai morrer assim. Eu acho que em 2018 foi uma mistura que fizeram, até com coisa proibida, que alguns buscam no Uruguai”, cogita Silva.

No município de Mata, a deriva provocou mortandade de abelhas e intoxicação de agricultores, mas o caso foi abafado pela comunidade

# Calda tóxica e o medo da primavera

Os casos de deriva de químicos por aplicação incorreta se espalham por quase todo o estado, assim como as lavouras de soja. É como se uma névoa tóxica pairasse sobre boa parte do território gaúcho, especialmente no período de preparação da terra para receber as sementes da oleaginosa, a partir de agosto e setembro.

Entre os produtores de mel, hoje, há inclusive uma expressão trágica para designar o período: Medo da Primavera, que virou título do documentário feito à época pelo *Coletivo Catarsee*.

Hoje, são 6 milhões de hectares semeados com soja, segundo a Conab. Este campo de guerra química aumentou em mais de 1,6 milhão de hectares apenas entre 2015 e 2021. Assim, com uma passada de avião e um pouco de vento, o veneno que deveria cair sobre a lavoura vai sendo despejado de forma criminosa, eliminando, pouco a pouco, pequenas economias rurais, o meio ambiente e arruinando a saúde da população.

Em muitos casos, o que é derramado indiscriminadamente sobre lavouras é uma calda tóxica, diz Leonardo Melgarejo, engenheiro agrônomo, mestre em Economia Rural e conselheiro da Agapan e

um dos coordenadores do FGCIA. Calda tóxica é o nome dado à mistura irregular de diferentes produtos aplicados todos em uma única "passada de avião", gerando um composto cujos efeitos sequer se consegue mensurar adequadamente.

Com apenas alguns mililitros, o veneno hormonal 2,4-D mata pomares e videiras, e o inseticida Fipronil elimina milhares de insetos polinizadores (fundamentais à própria agricultura). Difícil mensurar, portanto, o que pode fazer um conjunto deles em larga escala e se acumulado no solo, na água e na comida. Foram os danos econômicos aos vinhedos da Metade Sul, especialmente, que trouxeram o tema da deriva novamente ao centro do debate, em detrimento até mesmo de questões mais importantes, como a saúde humana, alerta Melgarejo.

"Antes, afetava mandioca, melancia... produtores de baixa renda. Agora, como aconteceu o choque entre duas culturas importantes, se criou uma equação para tentar solucionar os problemas econômicos. O que está em debate não é a sociedade, os pequenos agricultores e nem a saúde das pessoas", critica Melgarejo.

Foto: Igor Sperotto



Joice dos Santos, um dos agricultores que teve a produção dizimada pela pulverização de venenos em Nova Santa Rita



## INVISTA ONDE VOCÊ PODE TER MELHORES RESULTADOS.

Nos últimos DEZ ANOS\*, o plano de previdência dos professores rendeu **185,06%**, enquanto o CDI foi de **138,22%** e o rendimento da poupança foi de **81,13%**.

Ingresse agora  
[www.sinprosrsprevidencia.com.br](http://www.sinprosrsprevidencia.com.br)

\*Jan/2011 - Dez/2020



INSTITUIDOR  
**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO  
FUNDAÇÃO  
**FAMÍLIA**  
PREVIDÊNCIA

## Atuação do MP é alvo de críticas

Os casos de deriva do 2,4-D, que, por ser hormonal, altera todo o ambiente em que não deveria estar, com poucas gotas, foram alvo de inquérito do Ministério Público, o qual acumula mais de cinco mil páginas e que deu origem a inúmeros processos criminais.

O promotor Alexandre Saltz, que coordena o inquérito aberto

em 2019 e responde pela Promotoria do Meio Ambiente em Porto Alegre, não sabe informar quantos processos criminais já foram abertos no estado por problemas de deriva. Mas ele assegura que há casos e avanços promovidos pela investigação. Novas regras para tentar conter os danos foram adotadas em 24 municípios em

2020, com 89 casos confirmados de prejuízos em pequenas propriedades.

Enquanto governo e o MPRS comemoram a redução de 25% dos casos (foram cerca de 80 em 2020 ante 110 em 2019), líderes setoriais, como o presidente da Cooperativa Agrária São José, João Alberto Minuzzi, o presidente da

Associação dos Vinhos da Campanha, Valter Pötter, e o presidente da Agapomi, José Sozo, criticam o estado pela ineficiência no controle da deriva. O grupo chegou a entrar com uma ação na Justiça pedindo a proibição do 2,4-D até que o governo comprove que tem condições de controlar o uso do veneno.

## Legislação permissiva e novos venenos no mercado

Os indicadores de registros de intoxicação por produtos químicos usados nas monoculturas, não por acaso, ocorrem entre agosto e dezembro. É neste período que acontecem o preparo da terra e os cuidados com as lavouras de verão.

“Há casos de deriva de herbicidas afetando cinamomos em praças no centro de algumas cidades (como em Santana do Livramento, em 2019). E claro que ele também chegou nas casas e até as pessoas e que essa névoa foi também respirada. Não vão ter sintomas imediatos, mas terá ao ser acumulada, e isso pode estar ocorrendo a cada nova safra”, alerta a advogada e bióloga Vanda Garibotti, coautora

de um estudo que identifica o estado no topo do ranking das intoxicações por deriva.

Especialista em direito ambiental e defensor de apicultores afetados diariamente pela deriva, José Renato de Oliveira Barcelos lembra que alguns químicos usados em lavouras têm um poder residual no solo de até 400 dias. “Em Mostardas, por exemplo, foram identificados 27 resíduos na água a 50 metros de profundidade. Soma-se a isso a má aplicação. O Fipronil, pela alta toxicidade, só poderia ser aplicado direto no sulco, mas aplicam por avião”, espanta-se o advogado.

A contaminação da água e dos alimentos e a legislação frouxa

preocupam a procuradora Ana Medeiros, representante do MPF no FGCIA. “No Brasil, estão autorizados 404 princípios ativos para produção de venenos destinados a lavouras. Desses, só 27 parâmetros são monitorados na água”, ilustra. Ela acrescenta que há uma lei para buscar mais 46, somando 73. Mas levar esses indicadores até o conhecimento público, de forma clara, ainda é uma batalha.

Na União Europeia, o volume máximo de resíduos aceitos na água é de 0,1 micrograma por litro. E o somatório de todos os resíduos não pode ser maior que 0,5. No Brasil, a previsão é de limites máximos individuais, que não se

somam, e de até 11 mil microgramas, compara a procuradora.

Não bastasse ser uma legislação permissiva, o país estimula o uso de agrotóxicos com recursos públicos, como com incentivos fiscais para produção, em vez de financiar uma produção sustentável. “Além do registro de uma quantidade imensa de novos agrotóxicos, eles são liberados sem que o país tenha capacidade instalada de monitorar seus resíduos, na água, nos alimentos e no corpo humano. Estamos batalhando para mudar isso dentro do Fórum de Combate aos Agrotóxicos e no MPF, em um plano de ação que vai ser trabalhado neste ano”, revela.



Estufas do assenamento Santa Rita de Cássia II, um polo de cultivo agroecológico que vem sendo alvo da deriva de venenos de lavouras vizinhas

# Distante do Deriva Zero, governo quer flexibilizar regras

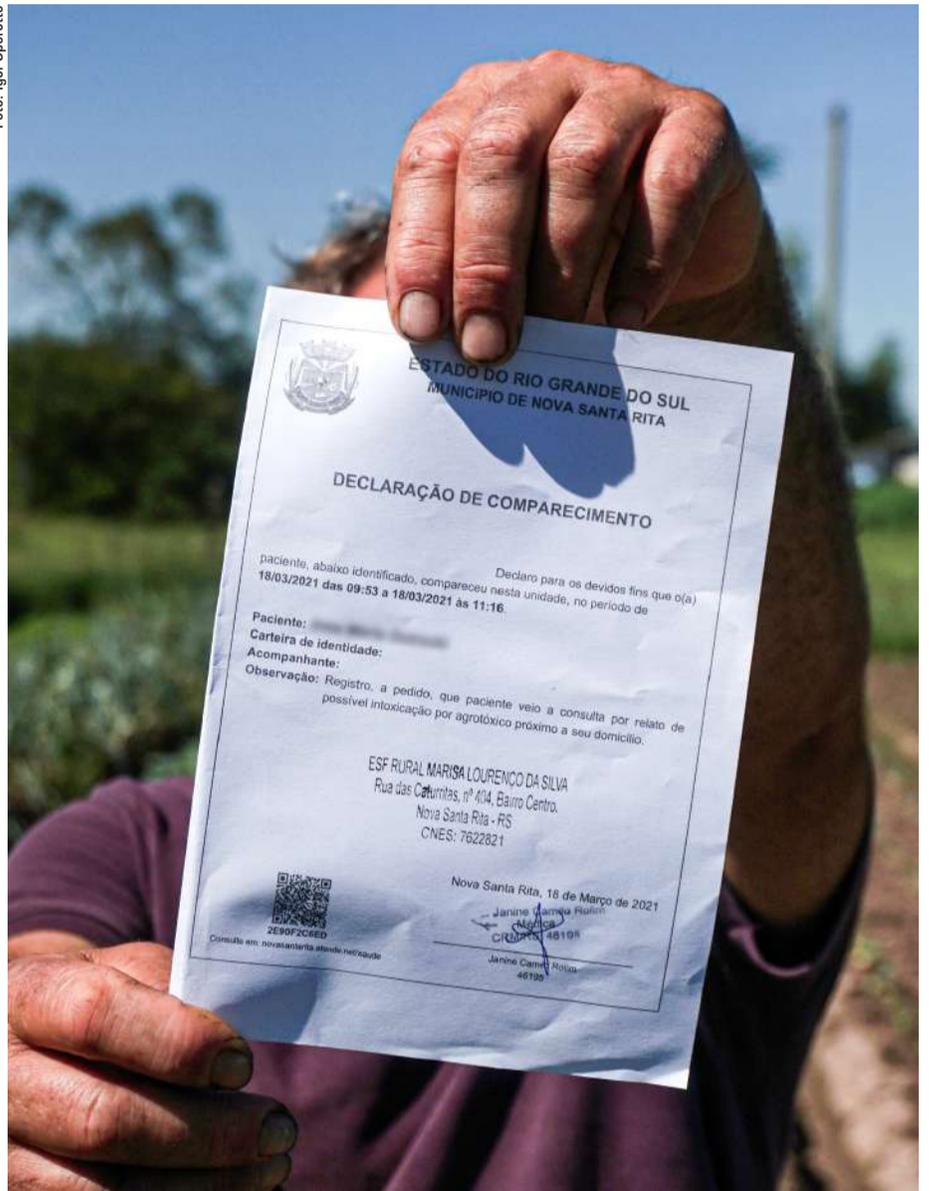
Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Igor Sperotto



Veneno jogado por uma aeronave arruinou viveiros de mudas, hortas e pomares. Muitos agricultores foram parar no posto de saúde com sintomas de intoxicação

Difícil imaginar que, confirmadamente envenenando tantas culturas, os agrotóxicos também não estejam causando danos crescentes às pessoas. E os riscos são cada vez maiores. Mesmo sem conseguir conter a contaminação de pomares, videiras e outras culturas sensíveis aos 2,4-D em menos de 30 municípios com o programa Deriva Zero, o governo do estado pretende flexibilizar a Lei de Agrotóxicos no Rio Grande do Sul. Em 2020, o programa que impôs regras mais rígidas ao uso de químicos em lavouras gaúchas reduziu os casos de deriva em apenas 25%.

O PL altera legislação própria do RS, que, desde 1982, regulamenta o uso de agrotóxicos e não autoriza aqui o uso de químicos importados que sejam proibidos em seus países de origem, como é o caso do Paraquat, já proibido na Europa. O governo defende que assim estaria igualando o estado ao restante do Brasil, e que o novo texto reforça que a competência nacional para

determinar diretrizes e exigências para o registro dos produtos agrotóxicos em todo o país se dá por meio do crivo de três entes: o Ministério da Agricultura, o Ibama e a Anvisa.

Encaminhado em regime de urgência no final do ano passado, o projeto foi retirado da apreciação dos deputados estaduais depois de mobilizar quase 300 entidades gaúchas. Mas pode voltar à cena em breve, inclusive trazendo de volta o temido Paraquat.

O veneno desfolhante usado no Vietnã, inicialmente em florestas e depois para eliminar inimigos, foi banido do nosso território nos anos 1980, ao menos oficialmente, e agora ronda mais uma vez o Rio Grande do Sul. Caso o PL 260 seja aprovado pela Assembleia Legislativa, o Paraquat poderá tornar a ser usado legalmente no estado (ilegalmente, há suspeitas de que ainda seja).

Rita Grasselli, chefe adjunta da Divisão de Insumos e Serviços Agropecuários, diz que o trabalho da Secretaria de Agricultura em

2020 pode ter sido prejudicado no ano passado pela pandemia. E admite que não está previsto nenhum reforço, até o momento, para fiscalizar todo o Rio Grande do Sul, que, em julho, passará a estar integralmente sob as regras do Deriva Zero.

Sobre as mudanças na legislação estadual, Juliano de Sá, presidente do Consea/RS, alerta que a sociedade precisa discutir mais e ter mais conhecimento sobre o que está ocorrendo no estado, assim como sobre o que está colocando no prato e no copo. Essa foi uma pequena conquista das quase 300 entidades que conseguiram barrar o PL 260 para votação em regime de urgência. Neste processo, poderia ir à votação sem debate público e sem passar pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

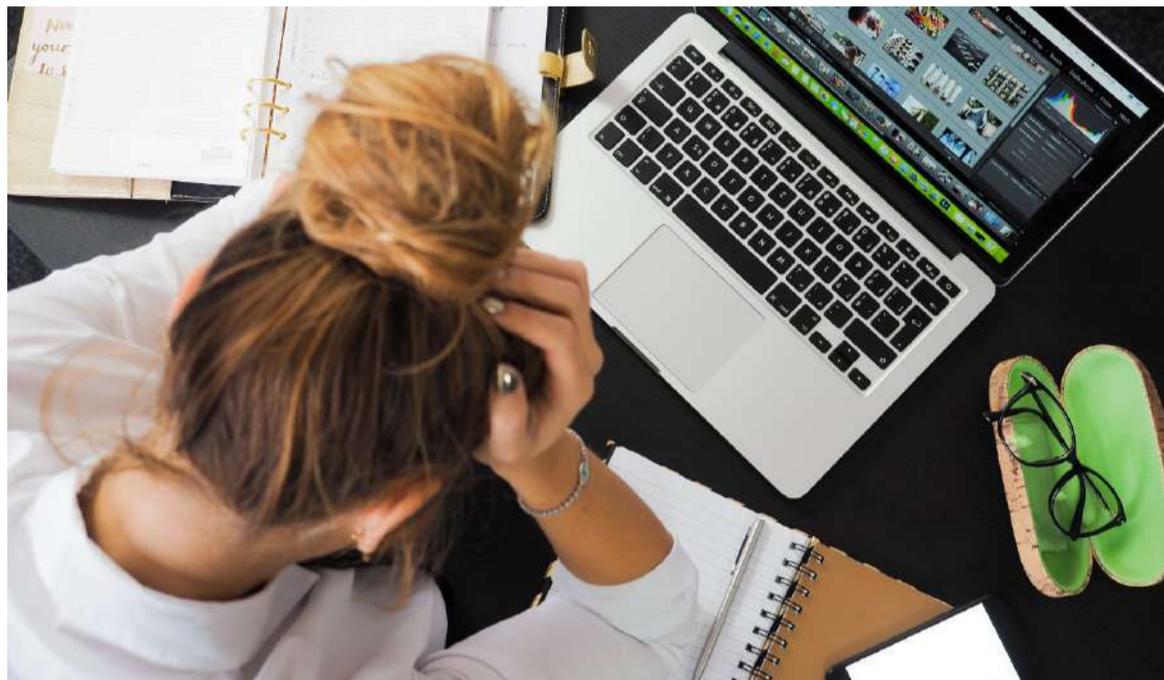
Não é por acaso, atesta Sá, que o Rio Grande do Sul está entre as maiores incidências do ranking de casos de câncer na população, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), bem como de

depressão e suicídios – em muito relacionados aos químicos usados em lavouras. Vale do Rio Pardo, tradicional região de produção de tabaco, é um caso clássico em que o chamado mal da folha verde encontrou nos venenos aplicados em lavouras um campo próspero para semear suicídios. O alerta vem de diferentes especialistas, como da médica do trabalho Adriana Skamvetsakis, do Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador da Região dos Vales.

“A intoxicação por agrotóxico pode ocorrer aos poucos, sem um quadro de sintomas tão claro, mas que, cumulativamente, provocam alterações ligadas a transtornos mentais, depressivos, cognitivos, câncer... Isso também vale para o consumo de alimentos. Não são doenças exclusivas geradas por esses químicos. Mas o agrotóxico é uma bomba-relógio, que, muitas vezes, dispara o potencial genético para isso, mais cedo ou de forma mais agressiva”, projeta a médica.

# Excesso de trabalho empurra professores ao estresse

*O segundo ano letivo realizado de forma virtual em função do avanço da pandemia tem impactado na saúde dos professores do ensino privado gaúcho. Os relatos estão se tornando mais alarmantes a cada dia que passa*



A pandemia agravou a situação dos professores, que já viviam uma realidade de excesso de trabalho e assédio moral nas instituições privadas

por Cristina Ávila

"Acabaram os intervalos descontraídos na sala dos professores, o cafezinho, o bolinho que a gente levava pra dividir com os colegas. Eram momentos de relaxamento para o cérebro e também para o corpo. Hoje eu entro na sala virtual às 13h30min e saio às 18h, a tarde toda sentada, na mesma posição. Com 30 crianças on-line. E, às vezes, 30 avós e tias, que me perguntam... 'profe, não era mesmo pra copiar???... profe, tu respondeu de modo grosseiro pra minha criança...' E eu constrangida, pois, afinal, está dentro da casa do aluno; que no quarto dele levanta da cadeira e vai brincar com o cachorrinho ou com o celular. Ao mesmo tempo, uma barulhada de crianças também falando com a professora ao mesmo tempo". Aí a internet cai e, quando a tia consegue voltar, pergunta: "O que a gente perdeu, profe?"

Esse é o relato de uma professora que, como outros colegas, se protege no anonimato, com medo das consequências da exposição. Se no ensino público a situação provocada pela covid-19 é grave, nas escolas do ensino privado as dificuldades estão a cada dia se tornando mais alarmantes.

Os professores estão tensionados e sobrecarregados, afirma Cecília Farias, diretora do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS). "E o ano mal começou." Relatos de assédio moral, estresse extremo, depressão e também dores físicas ganharam um volume preocupante no mês de março, marcando o segundo ano consecutivo de restrição a atividades letivas apenas virtuais em função da pandemia.

O problema é tão sério que levou o Sinpro/RS a reforçar as atividades e o acesso da categoria ao Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP). Serviço criado em 2007 para dar assistência aos associados que sofrem violência implícita ou explícita no ambiente de trabalho, o Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sindicato, psicólogos e advogados.

Há relatos de cobranças das instituições de ensino feitas, inclusive, por meio de redes sociais, com nomes dos professores manifestos por conta de avaliações ainda não corrigidas ou porque a coordenação da escola achou feio o cenário da sala de casa em que está sendo dada a aula.

Professores contam que foram submetidos a continuarem trabalhan-

do mesmo depois de terem perdido familiares e amigos na pandemia. Alguns profissionais também revelam sua dificuldade em ter que encarar a tecnologia sem preparo algum. "Como se fosse muito corriqueiro mudar do livro e da lousa para uma tela de computador", desabafa um professor. "Não é incomum os alunos assistirem (ou não) às aulas com câmeras fechadas, deixando o professor sozinho on-line." Além disso, ainda ouvem comentários maldosos, questionando os salários integrais, já que estão em casa.

"Postamos questionários, jogos e o planejamento semanal de todas as disciplinas. A coordenação escolar aprova na segunda-feira. Então trabalho no domingo. A escola envia para as famílias. Depois temos que postar gabaritos das atividades que foram feitas durante a semana. Se tiver aluno com deficiência na sala, temos que fazer pelo menos mais um planejamento. Mais outro se tem alguma criança que ainda não sabe ler, por exemplo", relata uma professora, que também preferiu se manter no anonimato por medo de perder o emprego. "Além de avaliações, têm provas por esse novo meio eletrônico, com câmera ligada. Depois, as correções. E o e-mail do professor fica exposto no aplicativo, incentivando os pais a escreverem, às vezes coisas desnecessárias, mas que precisamos responder antes de dormir, evitando mais acúmulo para o outro dia."

Os principais relatos são de excesso de tarefas. Frequentemente, os pedidos de relatórios chegam com tempo muito curto para elaboração e postagem, dizem os professores; que ainda precisam ler livros e polígrafos, para apresentação em reuniões semanais, seminários e jornadas de capacitação fora do expediente. Isso quando não são convocados para celebrações, como Páscoa, ou para honrar a morte de alguém da comunidade escolar.

A preocupação da categoria é também dividir esse cenário com as aulas presenciais no ensino híbrido. Os profissionais já tiveram a experiência de se dividir entre o computador e as mesas dos alunos, durante cerca de uma semana quando as escolas foram reabertas, antes de as aulas terem sido suspensas de novo. "Não se consegue dar a atenção devida nem aos alunos que estão em casa no computador, nem aos que estão na sala e precisam da nossa presença como sempre tiveram. É um caos." O prejuízo é coletivo.

# Professores do Sesi e do Senai têm nova Convenção Coletiva

No dia 18 de março foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho 2021 (CCT), firmada entre o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) e o sindicato patronal do Sistema Fiegs, o Sindepars. As normas se aplicam aos contratos de trabalho dos docentes que atuam nas instituições de ensino do Sesi e do Senai.

Entre os destaques do documento, estão o reajuste salarial de 5,45% (INPC do período), retroativo a janeiro, e o reajuste do vale-alimentação. Houve ainda a alteração em duas cláusulas: as que tratam do quinquênio e aprimoramento acadêmico, com extinção dos mesmos, mas mantendo os percentuais para quem já os tem, bem como a retirada da obrigatoriedade de as rescisões serem realizadas no Sinpro/RS. As demais cláusulas sociais foram mantidas.

O Sinpro/RS encaminhou pelos Correios aos professores do Sesi e do Senai associados um boletim Período Livre com as principais cláusulas.

“O informativo é um instrumento de consulta permanente e ferramenta de auxílio na manutenção de direitos na vigência do cumprimento do que está estabelecido na CCT”, destaca Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS. A íntegra do documento também pode ser acessada no site do Sinpro/RS ([www.sinpro.rs.org.br](http://www.sinpro.rs.org.br)) e no Aplicativo do Sindicato (disponível gratuitamente nas lojas *Google Play* e *Apple Store*).

Bessa explica que, em 2021, as negociações entre Sinpro/RS e Sindepars foram retomadas e, finalmente, mediante diálogo em prol de um entendimento, chegou-se a um acordo para formalizar a CCT retroativa a 2020 e de 2021. “Algumas flexibilizações foram necessárias, mas serão retomados num cenário mais favorável da economia nacional. Essa foi a avaliação majoritária da assembleia da categoria, realizada em 9 de março, que aprovou a proposta de Convenção Coletiva negociada”, explica.

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



### Professores, previdência e a reforma

A reforma afetou todos os trabalhadores e não seria diferente com os professores. Antes dela, os professores poderiam se aposentar por tempo de contribuição após preenchido 30 anos de tempo de contribuição se homem ou 25 anos de tempo de contribuição se mulher, sem idade mínima estabelecida para requerer a aposentadoria.

A partir da reforma, a aposentadoria, exclusivamente, por tempo de contribuição deixou de existir.

Vale destacar: aqueles professores que preencheram os requisitos antes da reforma (13/11/2019) têm direito adquirido à concessão do benefício de acordo com o regramento anterior, inclusive quanto à forma de cálculo do valor do benefício. Lembrando que o STF entendeu em julgado recente que a aposentadoria do professor também era sujeita à incidência do fator previdenciário.

Na reforma, foram criadas cinco regras de transição para aqueles trabalhadores que já estavam contribuindo para o INSS no momento da sua vigência (13/11/2019), mas que ainda não preenchiam os requisitos para se aposentar, bem como uma nova regra geral, válida para todos os trabalhadores, independentemente do início da filiação junto ao INSS.

Especificamente quanto aos professores, estes estão abrangidos em duas regras de transição e também na regra permanente trazida pela reforma da Previdência, conforme tabela abaixo, que indica o regramento anterior e especifica as novas regras de aposentadoria aos professores.

#### Regras antes da reforma

REGRA	REQUISITOS
Aposentadoria por tempo de contribuição professor <b>antes da reforma da Previdência</b>	<b>HOMEM:</b> 30 anos de tempo de contribuição na função de professor. <b>MULHER:</b> 25 anos de tempo de contribuição na função de professora. *A regra <u>não</u> exigia idade mínima. * Incide o fator previdenciário salvo se atingidos pontos mínimos - em 2019, a pontuação exigida era de 86 pontos para mulheres e 96 para homens. * Os (As) professores(as) “ganham” 5 pontos adicionais.

#### Regras após Reforma

REGRA	REQUISITOS
Regra transição art. 15 da reforma	<b>HOMEM:</b> 30 anos de contribuição na função de professor. <b>MULHER:</b> 25 anos de contribuição na função de professora. <b>HOMEM:</b> somar 91 pontos (tempo+idade) <b>MULHER:</b> somar 81 pontos (tempo+idade) *O requisito de pontos aumenta 1 ponto por ano, até atingir 100 pontos aos homens e 92 pontos para as mulheres. *Em 2021, a pontuação já é de 93 pontos para homens e 83 para mulheres.
Regra de transição do art. 16 da reforma	<b>HOMEM:</b> 30 anos de contribuição na função de professor. <b>MULHER:</b> 25 anos de contribuição na função de professora. <b>HOMEM:</b> 56 anos de idade <b>MULHER:</b> 51 anos de idade *O requisito de idade aumenta 6 meses por ano, até atingir 57 anos para mulher e 60 anos para o homem. *Em 2021, a idade mínima é de 58 anos para mulher e 61 para homem.
Regra geral da reforma do art. 19 da reforma	<b>HOMEM E MULHER:</b> 25 anos de contribuição na função de professor(a). <b>HOMEM:</b> 60 anos de idade <b>MULHER:</b> 57 anos de idade

A partir das novas regras, nota-se que as principais modificações são: a inclusão de idade mínima para a concessão da aposentadoria; a aposentadoria extinguirá o contrato de trabalho; alteração na forma de cálculo da média – antes, o valor do benefício era calculado sobre a média dos 80% maiores salários de contribuição, já a nova regra utiliza 100% dos salários desde julho de 1994, o percentual incidente será de 60% sobre a média de 100% dos salários, acrescido de 2% a cada ano de contribuição acima de 20 anos para homens e 15 anos para mulheres, inexistindo a aplicação do fator previdenciário.

Destaque-se que, referente à nova sistemática de cálculo, embora não exista a aplicação do fator previdenciário, o coeficiente incidente inicia em 60% sobre a média dos salários do segurado e cresce 2% para cada ano que ultrapasse 15 anos para mulher, 20 anos para o homem.

## ENSINO PRIVADO

### Reforçada campanha para aquisição de cestas básicas a professores

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) intensificou, a partir de março, as ações da campanha Professores Solidários. A nova fase pretende atender, com cestas básicas e itens de primeira necessidade, aos docentes que perderam seus empregos, em função da pandemia do novo coronavírus, além de instituições, comunidades carentes e indígenas.

A equipe do Sinpro/RS que integra a Campanha se encarregará da distribuição e entrega das cestas. As doações podem ser feitas pelos professores do ensino privado, associações de professores e funcionários de escolas e instituições de ensino, além da comunidade em geral, por meio de depósito em conta corrente do Sindicato no Banrisul, aberta especialmente para a campanha, ou via PIX, modalidade gratuita e rápida de transferências entre bancos.

“No ano passado, com a contribuição espontânea da categoria, mais de 600 famílias em situação de vulnerabilidade puderam ser ajudadas no estado”, relata Jeferson Cunha, diretor do Sinpro/RS. Ao todo, foi distribuída 1,5 tonelada de alimentos, além de cobertores e comidas prontas para pessoas em situação de rua e de tecidos para confecção de máscaras para hospitais. “Neste ano, podemos fazer ainda mais. A solidariedade não pode parar.”

A Campanha Professores Solidários foi lançada em abril do ano passado em função do avanço da pandemia e dos efeitos econômicos causados.

**COMO DOAR** – A Chave PIX da Campanha é: 51 99733-7506. Para depósitos e transferências, a conta é: Banrisul, banco 041, agência 0100, conta corrente: 06.253.0242-2 – CNPJ do Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10.



Foto: Sinpro/RS

Em 2020, campanha alcançou 600 famílias

## UERGS E LIBERATO

### Começam negociações coletivas com o governo do estado

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e o governo do estado deram início em março às negociações para a renovação dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e da Fundação Liberato, de Novo Hamburgo. As pautas de reivindicações foram aprovadas em março em assembleias virtuais.

**UERGS** – Os professores reivindicam a reposição das perdas do poder aquisitivo dos salários, relativas ao período de 1º de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2021; reajuste de 14,78% das cláusulas sociais com repercussão econômica, também relativas ao período, além da manutenção das demais cláusulas de condições de trabalho.

**FUNDAÇÃO LIBERATO** – Os professores também reivindicam a reposição das perdas do poder aquisitivo dos salários relativas ao período de 1º de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2021 e reajuste de 14,78% das cláusulas sociais com repercussão econômica, do mesmo período. Ainda, propõem alterações nas cláusulas que tratam do quinquênio, data-base, dependentes, entre outros pontos.

As negociações com o governo devem seguir no mês de abril, e tão logo seja equacionada uma proposta, o Sindicato convocará Assembleia Geral para avaliação e deliberação dos professores para conclusão da negociação.

## Os benefícios da atividade física para as mulheres

### CHEGANDO NOS QUARENTA MAIS...

A chegada dos 40 + é marcada pela diminuição da produção dos hormônios femininos. O corpo começa a se preparar para a menopausa, aparecem alguns sintomas como as ondas de calor, impacto na libido e, mais adiante, ao entrarmos na menopausa de fato, ficamos suscetíveis a ficar gordinhas e com menos músculos, a perder massa óssea, a infeliz osteoporose, entre outros impactos negativos.

### MAS TEM LUZ NO FIM DO TÚNEL!

Não faltam evidências científicas que comprovem que os benefícios da atividade física podem amenizar os efeitos desse processo. Claro que quanto mais cedo começar, melhor.

**Comprometa-se com seu bem-estar, estamos nessa com você!**

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital repleta de dicas, videoaulas de corrida, Yoga, alongamentos, ginástica laboral, treinamento físico funcional, receitas e planos alimentares lowcarb e muito mais. Tudo isso num clique, no seu smartphone ou desktop!

A PLATAFORMA SOMOS MOVE: juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida! Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS.

[www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor](http://www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor)

Tem mais uma novidade: juntos com a Unimed Porto Alegre, oferecemos aulas online numa grade ampla e gratuita para todos os associados e dependentes. Basta se inscrever no link

[www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda](http://www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda)





# Pandemia, verdade e justiça

*Bolsonaro se colocou ao lado dos interesses privados, procurando se desvincular politicamente dos efeitos da inevitável recessão econômica, com o único objetivo de preservar suas chances de reeleição*

A tragédia em curso no Brasil não tem, ainda, um nome preciso, mas penso que estamos diante de “Crime contra a humanidade”, a figura jurídica com a qual referimos o sacrifício em massa de um grupo determinado como consequência da atuação do Estado.

O artigo 7º do Tribunal Penal Internacional (TPI) elenca as condutas dessa natureza (tortura, escravidão, *apartheid*, privação arbitrária da liberdade, desaparecimento forçado, etc), inserindo, em seu rol de atrocidades, a seguinte formulação: “Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental”. Assim, ataque generalizado ou sistemático à população civil com efeitos dessa gravidade, não necessariamente de origem militar, preenche as características do tipo penal.

Descrever um processo que poderá conduzir o Brasil a meio milhão de mortes, talvez mais, já seria algo muito difícil, mas quando analisamos suas circunstâncias, percebemos que esse massacre foi acompanhado por um discurso e por uma política específicos, ambos identificáveis e fartamente documentados.

Desde o início, temos a postura negacionista do presidente da República, que sempre desprezou a gravidade da pandemia, que duvidou dela, que a tratou como “gripezinha” e “fantasia da imprensa”. Na base dessa visão, estava uma estratégia definida à margem do debate público e das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS): permitir a mais ampla circulação do vírus de modo a estimular o con-

tágio e a presumida consequência da imunização coletiva (a chamada “imunidade de rebanho”).

Estudo recente do Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da USP e da Conectas, o qual analisou 3.049 normas editadas pelo governo federal ao longo da pandemia, identificou essa racionalidade de forma incontroversa.

Por conta da sua estratégia, o governo federal, que deveria centralizar as ações de enfrentamento à pandemia e aglutinar todos os agentes públicos em torno de um único desafio, conter a disseminação do vírus e salvar vidas, atuou em sentido contrário, abrindo guerra contra governadores e prefeitos que procuravam assegurar medidas de distanciamento social. Agindo dessa forma, Bolsonaro se colocou ao lado dos interesses privados, procurando se desvincular politicamente dos efeitos da inevitável recessão econômica, com o único objetivo de preservar suas chances de reeleição.

Bolsonaro não apenas desprezou a doença. Ele ignorou a dor das famílias enlutadas e fez piadas homofóbicas com a covid. Em uma live, ele chegou a simular uma crise respiratória de alguém acometido pela doença, isso depois que muitas pessoas haviam morrido asfixiadas em Manaus graças à incúria de seu governo. Ele se divertiu diante da notícia de um suicídio de alguém em isolamento; chamou de “maricas” os que procuraram se proteger e de “frescura e mimimi” a ideia de ficar em casa; ele criticou o uso de máscaras, vetou a obrigatoriedade delas e promoveu aglomerações consecutivas. Bolsonaro atacou vá-

Ilustração: Detalhe de “Memória”, óleo sobre tela de René Magritte, Bélgica, 1948



rias vezes a Coronavac e estimulou a desconfiança pública nas vacinas, chegando ao cúmulo de cogitar que a vacina poderia provocar alterações genéticas e transformar as pessoas em um jacaré.

Mais: Bolsonaro recusou, em agosto do ano passado, a oferta da Pfizer de 70 milhões de doses, afirmando, em dezembro de 2020, que não havia qualquer necessidade de pressa para a vacina. Enquanto desprezava as vacinas, Bolsonaro passou a propagandar a terapia com Hidroxicloroquina e, logo depois, o chamado “tratamento precoce”, iniciativas sabidamente ineficazes no tratamento da covid, mas que produziram, além de efeitos iatrogênicos, como alterações cardíacas e hepatites medicamentosas, uma redução dos cuidados preventivos e nova subestimação da gravidade da doença. Nunca uma conduta geral de um governo restou tão claramente demonstrada.

É impossível saber quando poderemos superar a pandemia. O surgimento de novas cepas do vírus no Brasil poderá fazer com que a covid-19 se torne endêmica no país.

Nessa hipótese, levaríamos muitos anos para superar a crise sanitária a um custo humano, econômico e social inimaginável. Independentemente desse desdobramento, a gestão da pandemia no Brasil tem sido de tal forma catastrófica que se tornará imperativo, em futuro próximo, que se forme uma Comissão de Justiça e Verdade a respeito do tema. Uma comissão não apenas para produzir um relato histórico dos crimes eventualmente cometidos, mas capaz também de indiciar os responsáveis por eles, um a um. É preciso, desde já, registrar o que for possível, colher depoimentos, guardar minuciosamente.

O dilaceramento, o desespero, a dor disseminada, o abandono dos mais pobres, as filas de espera em UTIs, a asfixia, a fome, as sequelas, o luto impossível, nada disso é fenômeno natural, desígnio divino ou misterioso destino. O espetáculo de horror que estamos vivendo sempre teve direção, roteiristas, sonoplastas e iluminadores, além de uma plateia adoecida disposta a aplaudir e a repetir slogans nazistas. A conduta de todos esses demônios há de ser lembrada e punida.

# Arte<sup>+</sup>

## Cinco trajetórias de artistas populares

Zé da Terra,  
músico e ator



**M**aturidade, experiência e sabedoria. O *Arte como Ciência: Raízes* destaca, em *webdocumentários* que estreiam no final de abril, as trajetórias profissionais de cinco artistas gaúchos que têm em comum vidas dedicadas à arte popular, às bandeiras coletivas e ao movimento negro.

Durante cinco dias, serão apresentados documentários que resgatam a atuação e as principais realizações dos artistas escolhidos pelo projeto.

São eles "Vera Lopes: arteativista das lutas negras", uma trajetória que engloba a arte negra no teatro, na poesia, no cinema e na música; "Zé da Terreira: na cadência do tambor", ressaltando seu trabalho no teatro de rua, performance política e música; "Seli Maurício: o exercício da sensibilidade", artista plástica e bonequeira da cidade de Pelotas; "Mestre Pernambuco: quilombismo, a utopia viável", com

ênfase na promoção do carnaval de rua e sua relação filosófica e política com o quilombismo; "Irene Santos: memória fotográfica de negros de alma preta", com ênfase na promoção do papel essencial da negritude na formação da cultura gaúcha.

O lançamento será acompanhado de uma mesa-redonda virtual dedicada a refletir sobre o tema central da trajetória abordada. As mesas serão compostas por profissionais especialistas em cada temática central, em uma programação que acontecerá na última semana de abril e durante todo o mês de maio, sempre às terças-feiras, às 14h30min, no canal do *Arte Como Ciência* no Youtube e na página do Facebook.

O *Arte como Ciência: Raízes* foi criado em meio à pandemia da covid-19, um momento em que o mundo está sofrendo o luto de perder tantas trajetórias repletas de

maturidade, experiência e sabedoria. As pessoas enfocadas nesta realização têm mais de 60 anos. "São artistas que fizeram parte de momentos históricos essenciais às transformações dos modos de emocionar e refletir que as realizações artísticas promovem", destaca a produção.

De acordo com a dramaturga Viviane Juguero, coordenadora pedagógica do projeto, "os discursos artísticos são fundamentais na configuração das estruturas sociais, pois compõem as coordenações emocionais que embasam valores e desejos, e resultam nas escolhas de cada pessoa em relação às possibilidades dos contextos em que estão inseridas".

Ao mesmo tempo, o projeto englobou profissionais com trajetórias e experiências distintas, em uma equipe diversa em todos os sentidos. Junto a profissionais com ampla experiência e formação,

aprendizes e iniciantes também tiveram a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos, por meio de distintos estágios.

A iniciativa também reúne profissionais da arte de diversos estados, ampliando nacionalmente a repercussão do trabalho, além de equipes de acessibilidade, divulgação e tradução, pois, seguindo o propósito original do projeto de estabelecer conexões internacionais, todos os vídeos e encontros contam com tradução para o inglês e o espanhol.

Daniela Israel, coordenadora técnica, pontua que o projeto é colaborativo, "feito com muitas mãos, de diferentes lugares, envolvendo muita paixão, arte e ciência". "Focamos em como um conteúdo pesado e difícil de ser entendido por vezes possa ser leve, interessante, agregando e transformando a sociedade", sintetiza. A produção foi contemplada com recursos da Lei Aldir Blanc.

## Programação:

### **Arte como Ciência: Raízes**

Às terças-feiras, 14h30

**27 de abril** – Mestre Pernambuco: quilombismo, a utopia viável

**04 de maio** – Vera Lopes: arteativista das lutas negras

**11 de maio** – Seli Maurício: o exercício da sensibilidade

**18 de maio** – Zé da Terreira: na cadência do tambor

**25 de maio** – Irene Santos: memória fotográfica de negros de alma preta

## Quem são

Foto: Cacó Argemi/ Divulgação



**Waldemar Moura Lima, Pernambuco** – Compositor, cantor, ator e diretor de teatro e carnavalesco, é fundador e coordenador da *Rua do Perdão* e da *Banda DK* na produção de eventos no carnaval de rua de Porto Alegre. É idealizador e diretor artístico do Grupo Temático Pedagógico Ponto Z (Z de Zumbi), criado com o objetivo de proporcionar uma releitura na história do Brasil, apresentando em diferentes palcos o espetáculo educativo *Contando a verdade, cantando a história*. É também um dos coordenadores do Movimento Quilombista Contemporâneo,

continuidade da ideia implantada por Abdias do Nascimento, com inspiração na República de Palmares, de colocar negros e negras em espaço de poder e a governança afrocentrada.

Foto: Camilla de Moraes/ Divulgação



**Vera Lopes** – Atriz gaúcha com atuação em teatro, cinema, recital poético-musical, com mais de 30 anos de experiência. Vive em Salvador (BA) e tem como foco atuar com expressões artísticas baseadas na cultura negra. No cinema gaúcho, teve sua estreia no premiado curta *O Dia em que Dorival encarou a guarda*, em 1986, dirigido por Jorge

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: [sinpro.rs.org.br/casadoprofessor](http://sinpro.rs.org.br/casadoprofessor) | Reservas: (51) 4009.2988

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**CASA do PROFESSOR**  
Hotel

Furtado e José Pedro Goulart. Participou dos longas, igualmente premiados, *Netto perde sua alma*, de Beto Souza e Tabajara Ruas (1998), e *Netto e o domador de cavalos*, de Tabajara Ruas (2005). Foi protagonista no curta *Antes que chova*, direção de Daniel Marvel (2009), e participou ainda de *Tolerância*, de Carlos Gerbase (2000); *Da colônia africana à cidade negra*, de Paulo Ricardo de Moraes; *Brasil – um eterno quilombo*, de Julio Ferreira (2006). No teatro, atuou nos espetáculos *Hamlet sincrético* e *Transegun*, do grupo *Caixa-Preta*, ambos dirigidos por Jessé Oliveira, entre outros.



Foto: Patrícia Custódio/Divulgação

**Seli Maurício** – Artista plástica e bonequeira, nascida em Morro Redondo, vive em Pelotas há mais de 50 anos. Uma de suas maiores e mais reconhecidas obras é a *Via sacra da igreja da luz*, feita em 1977, na técnica entalhe em madeira. Pioneira no teatro de bonecos profissional em Pelotas, foi fundadora do grupo *Trio Pilha*, o primeiro a participar do Festival Interna-

cional de Teatro de Bonecos de Canela. Em 1991, criou o espaço Praça da Paz, que conta com o trabalho paisagístico da artista na praia do Laranjal e, recentemente, lançou uma nova série de desenhos com o tema *Mulheres Guerreiras/Luzes da África*. Atua entre o erudito e o popular e entre o sagrado e o profano.



Foto: Igor Sperotto

no *Ói Nós Aqui Traveiz* e no grupo teatral *Oficina Perna de Pau*.



Foto: Rogério do Amaral Ribeiro/Divulgação

**Irene Santos** – Fotógrafa e historiadora dedicada à preservação da memória da comunidade negra em Porto Alegre. É autora dos livros *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre* (Fumproarte, 2005/Prêmio Açorianos de Literatura – categoria Especial) e *Colônias e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre* (Fumproarte, 2010). Como fotógrafa de artistas da cidade, tornou-se conhecida no meio artístico, o que a levou à realização de várias exposições individuais de fotografia em lugares prestigiados como o Margs, a Galeria do Teatro São Pedro e a Casa de Cultura Mario Quintana.

## PERFIL | ZÉ DA TERREIRA

# “A arte não te livra da agonia de viver”

O compositor, cantor e ator José Carlos Peixoto, o *Zé da Terra*, 75 anos, nasceu em Rio Grande, em 1945. Na adolescência, final dos anos 1960, desistiu de cursar Geologia e decidiu que queria ser ator, participar daquele universo de astros e estrelas que batiam na tela das matinés do cinema Glória. “Era mais um sentimento vago de querer ser artista. Só fui conhecer o teatro depois, quando estava dentro do teatro, estudando a construção do espetáculo, a arte como ciência e o lugar do artista nesse território”, resume.

Em 1969, estudou no então Centro de Arte Dramática da Ufrgs e estreou no *Tablado* da mineira Maria Clara Machado, com a peça in-

fantil *A menina e o vento*. Em 1970, foi para o Rio de Janeiro, onde participou do Festival Universitário de Música Brasileira e do elenco da primeira montagem da ópera-rock *Hair*. Depois de atuar em diferentes encenações do teatro profissional carioca, participou do grupo *Tá na Rua*, dirigido por Amir Haddad – que ele considera “um dos mais expressivos nomes do teatro de rua”.

De volta a Porto Alegre, nos anos 1980, Peixoto participou do início do teatro de rua da *Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz*, com *A exceção e a regra*, de Bertolt Brecht. O envolvimento com o coletivo da *Terra da Tribo* lhe rendeu o apelido. *Zé da Terra* montou os shows *Césio 137*, *Tiro ao alvarô* e

*África-Brasil*, com apresentações ao ar livre no Largo Glênio Peres, Usina do Gasômetro, Escola de Samba Imperatriz Dona Leopoldina e Esplanada da Restinga. Também atuou com o grupo de teatro *Oficina Perna de Pau*.

Recluso na Casa do Artista Rio-Grandense devido à pandemia, ele conta que já recebeu as duas doses da vacina contra a covid-19. Os dias são de espera, bem diferentes da atmosfera visceral dos palcos, as ruas, no caso. Não é uma conversa formal. Avesso a definições, entre relatos de coxia, impressões sobre revolução tecnológica e banalização da informação, o artista deixa escapar: “O espectador vê a obra pronta. Nem todos sabem que o artista trabalha com a instabilidade. Com a licença do Iberê Camargo, quero dizer que o processo de criação é agonizante. Tu és um artista, tu vives entre os teus iguais, o território é o que te define. Mas isso não te livra dessa agonia”.

A música sempre permeou a carreira no teatro, ao ritmo do maracaná, seu inseparável instrumento de percussão. Com Caio Gomes, interpretou músicas de Noel Rosa, no show *Conversa de botequim*.



Foto: Kin Viana/Divulgação

“Nem todos sabem que o artista trabalha com a instabilidade”



FRAGA

## Colapso na sinapse

*A ideia básica é transformar todo comércio e serviços numa eficiente rede de disseminação do vírus, cada loja e cada estabelecimento não essencial num posto certificado de contaminação*

**N**o RS, parece que certos prefeitos e determinados empresários consideram a marcha da covid lenta ou retardada.

O raciocínio deles – me perdoem a suposição da existência disso lá neles – tem um jeito amalgamado de ser, algo entre o caprichoso e o capcioso, escorado no ganancioso. Nessa sua maneira labiríntica de pensar (labirintando mais ainda o jogo desorientado das palavras), a covid estaria indo muito devagar para chegar à contaminação de rebanho – seja ele qual for.

Na cachola deles, ali onde nos outros existe um cérebro, quanto mais favorecida a contaminação, mais cedo o vírus irá embora. Nesse caso, iria mesmo: por falta de quem matar. Porém, no enviesado entendimento desse grupo cientificamente *sui generis*, ao encontrar ambiente favorável à propagação, o vírus se sentiria inibido de seguir contaminando, tal qual um sádico quando pega nojo dum masoquista.

Ao mesmo tempo visionários e ceguetas, esses puxa-sacos do vírus acreditam piamente (eles poriam até pias sujas num altar) que, se bem escancarada a lendária hospitalidade gaúcha, o vírus há de nos poupar. Calma, eles explicam: ao tentar cooptar a covid para um convívio meigo e receptivo entre saudáveis, logo o vírus, cansado de não encontrar desafio ou vacina pela frente, se bandearia pra outras plagas, onde sabe que encontrará resistência, onde a batalha pra contaminar compensaria melhor seu ego virótico.

Foi com essa estratégia às avessas que nossos prefeitos e empresários covidianistas elaboraram o conceito incongruente, de pioneirismo reconhecido até pela OMS, da bandeira preta com restrições de bandeira vermelha. E não vão descansar enquanto não embandeirarem o estado nessa mescla insanitária. A demora de implantar se deve a mero detalhe: estariam indecisos quanto à bandeira híbrida: quadriculada como a da chegada da F1 ou listrada como a do orgulho gay? Vermelho maragato ou *pink*? Em organza ou brim coringa?

O que importa é que o plano geral está pronto, só aguardam adesões de mais e mais autoridades sacripantas e empresários mentecaptos, ou vice-versa. A ideia básica é transformar todo comércio e serviços numa eficiente rede de disseminação do vírus, cada loja e cada estabelecimento não essencial num posto certificado de contaminação. Entrou, covidou-se.

Para Melo e outros melados, apesar de ilógica a tática é elementar: como a covid só ataca as pessoas e não a economia, basta salvar a economia para poupar os bilhões que seriam gastos com vacinas e máscaras, aumento de leitos e medicamentos pra intubação, hospitais de campanha e equipes médicas.

Final, indagam os mentores: o que é o preço de imensos cemitérios novos comparado a um PIB são e salvo?



Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO  
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br).

## SHOWS VIRTUAIS

Transmitidos pelo Youtube | 18h

10/4 – Luana Fernandes no show *Lua de Outubro*



Foto: Iê/Divulgação

24/4 – Vocal Livre



Foto: Daniel Marne

## ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

Foto: Igor Sperotto



Até 18/4 – Visitação à mostra *Onde é tudo o que conta*, do artista carioca Nathan Braga.



22/4, 10h – Inauguração da mostra *Claudia Sperb 30 anos*.

## CULTURA DOADORA

29/4, 17h – Formação dos professores da Escola Maria Imaculada sobre o tema Doação de Órgãos e Tecidos.



VERISSIMO

# Partos\*

*A analogia entre o lançamento de um jornal e um parto tem outro sentido.*

*A fase de preparação costuma dar mais prazer que o resultado final*



O lançamento de nova publicação é muitas vezes comparado a um parto. Uma coisa difícil e demorada que geralmente acaba com os "pais" aliviados, contentes, mas diante de uma nova angústia: o recém-nascido se cria ou não se cria? Esta preocupação é menor quando a família tem dinheiro, mas nem as grandes empresas de comunicação (o que não é o caso dos geradores desta criança que você tem nas mãos) estão livres de ver a sua alegria durar pouco. Alguém aí bata na madeira. Outra comparação que cabe é a do nome. As publicações, como os bebês, muitas vezes só recebem o seu nome definitivo quando estão – com perdão da imagem – no túnel, prontas para entrar no mundo. Durante toda a gestação o nome é discutido e nenhum agrada a maioria e o resultado é que por pouco o jornal não sai com "Depois a gente vê" no cabeçalho. Pelo menos no caso das novas publicações não existe aquela sogra insistindo que o nome deve ser Egberto, em homenagem a algum antepassado importante, ou Gracinda, para agradar a alguma tia rica. Mas a controvérsia é a mesma. No caso desta publicação, pelo que me contaram, foi difícil encontrar um nome e só depois de muita discussão em que vários foram sugeridos, debatidos, defendidos, ofendidos e abatidos – inclusive, parece, "Egberto" – chegou-se a um consenso. Longa vida para o "Extra Classe".

A analogia do lançamento de jornal/parto tem outro sentido. A fase de preparação da nova publicação costuma dar mais prazer do que o resultado final, na mesma proporção em que um ato sexual é melhor do que um parto. Falo por experiência pessoal. Não de partos, que só conheço de ouvir falar, mas de longas e movimentadas reuniões planejando jornais, revistas e livros que não deram certo. Participei de várias – mesmo porque a maioria era lá em casa. Eram reuniões tão divertidas que o fato de nunca darem em nada era um detalhe menor. Entre a concepção e o nascimento sempre havia uma interferência – da falta de dinheiro ou de outras das tantas chateações que atendem pelo nome de realidade – que nos fazia abortar o projeto. Mas falar no que íamos fazer de certa forma substituíamos fazer. No fim só procurávamos pretextos para nos reunir e exercer nossa inconformidade – com o marasmo da província, com as limitações das publicações tradicionais ou com as frustrações daquele tempo. O tempo era o da ditadura mal disfarçada que censurava a imprensa e tentava controlar o pensamento. Não conspirávamos contra o regime, mas tentávamos manter a inteligência viva, no caso pelo método boca-a-boca. O que se fazia então era testar a fronteira do permitido. Paradoxalmente, durante a ditadura havia o que hoje não há mais, uma imprensa alternativa que chegava a poucos, mas

chegava, e era alternativa. Não se podia escrever muito mais nos jornais pequenos do que deixavam escrever nos grandes mas as entrelinhas eram maiores e a simples existência de publicações semiclandestinas, independentes de esquemas comerciais, com sua constante ameaça de irreverência e contestação cifrada era bastante para incomodar o regime e animar os inconformados. Mesmo os que, como nós, falavam mais do que faziam.

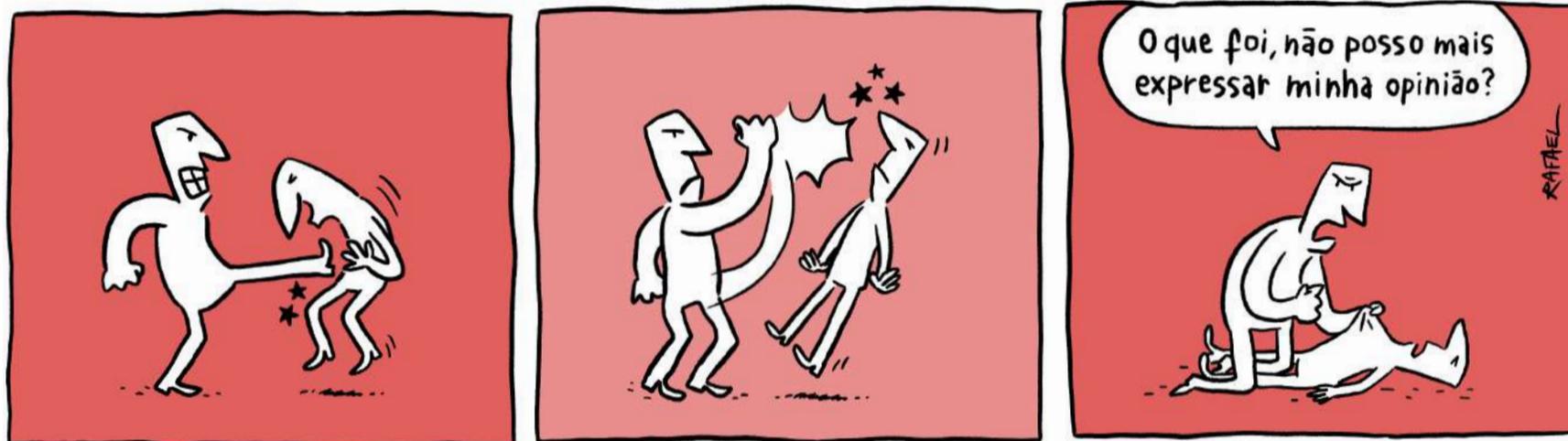
Na verdade, chegamos a fazer, uma vez. O protótipo do jornalzinho malcriado que vivia testando o perímetro do permitido era o "Pasquim", começado por, entre outros, um gaúcho radicado no Rio, o Tarso de Castro. O sucesso do "Pasquim" nos inspirou a lançar aqui uma coisa parecida, mais coisa do que parecida. Chamava-se "Pato Macho" (batizado pelo Armando Coelho Borges, que escrevia no jornal como "Harry Sabugosa", e que descobriu o nome numa história de velhas publicações gaúchas). Sua pretensão: ser uma folha semanal de chistes e facécias sobre e para uma certa sociedade porto-alegrense, que não gostou das

piadas. Tanto que a partir do segundo número tivemos a visita semanal de dois simpáticos censores da Polícia Federal, preocupados menos com a estabilidade do regime do que com a suscetibilidade de alguns nomes locais. Os censores riam muito do que liam, deixavam publicar quase tudo e pediam muitas desculpas. A nossa cria teve mais sucesso com os censores do que com o público. Durou só quinze semanas. Mas deixou sua marca, além das dívidas. Até hoje ainda me perguntam sobre ele. Não faz muito fizeram um seminário sobre imprensa alternativa no Rio Grande do Sul e o "Pato" foi discutido com a maior seriedade. Cedo ou tarde, tudo vira tese acadêmica ou nostalgia.

No fim, o mais importante foi que durante uns nove meses nos reunimos, rimos muito, brigamos um pouco e fomos solidários, entusiasmados e, pelo menos na nossa própria opinião, brilhantes. O parto foi só um acidente.

*\*A crônica Partos foi escrita por Luis Fernando Verissimo para a primeira edição do Extra Classe, que circulou em março de 1996. A republicação do texto nesta edição comemora os 25 anos de circulação do jornal.*

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



## Em tempos de constrangimento aos professores, nos tornamos ainda mais necessários. Infelizmente!

O NAP é uma equipe multidisciplinar, formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogos, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



# Você é o nosso melhor argumento para a sindicalização

Você, que já é sócio do Sinpro/RS, conhece os benefícios de ter um Sindicato com a estrutura necessária para fazer a defesa dos interesses das professoras e dos professores. Para seguirmos em frente, precisamos ampliar ainda mais o número de associados. Identifique na sua instituição de ensino colegas que ainda não são sócios e faça o convite. Afinal, eles também usam os direitos que estão nas Convenções e nos Acordos Coletivos negociados pelo Sindicato. E o melhor para todos é fortalecermos esta luta juntos.

## Vamos premiar a sua participação!

Basta que os colegas que você convidou indiquem o seu nome como "Sindicalizador" no preenchimento da Ficha de Sindicalização, que está disponível em [www.sinprors.org.br/sindicalizacao](http://www.sinprors.org.br/sindicalizacao).



5 novos sócios,  
você ganha uma  
PASTA DE COURO



8 novos sócios,  
você ganha um  
SMARTPHONE



12 novos sócios,  
você ganha um  
NOTEBOOK

Fotos meramente ilustrativas  
Consulte regulamento da premiação em [www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)

**SINPRO/RS**

**VOCÊ  
USA,  
VOCÊ  
PRECISA**

**SINDICALIZE-SE!**